



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PARA ALÉM DO SILÊNCIO: RESPONSABILIDADE SOCIAL E INTENÇÃO DE AGIR EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

Mestranda | Rita Alexandra Grilo Fialho Tojo

Orientação | Prof.^a Doutora Fátima Bernardo

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Évora, 2017

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia

Especialização em Psicologia Clínica

**Para além do silêncio: Responsabilidade social e intenção de agir
em situações de violência entre parceiros íntimos**

Rita Alexandra Grilo Fialho Tojo

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria de Fátima Campos Bernardo

Évora, 2017

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



Bárbara Bulhão, *Escoamento de Águas*, 2017, Museu Geológico de Lisboa

O solo interpretado como base da vida, em constante diálogo com o meio, modificando e sendo modificado a cada instante. O recurso a pavimentos impermeáveis funciona como uma capa isoladora, separando o solo do meio, aniquilando a possibilidade de se tornar fértil e transbordar vida.

No registo fotográfico testa-se a utilização de um pavimento permeável, que facilita a absorção e consequentemente protege o solo.

Nesta dissertação há uma apropriação da imagem, interpreta-se o solo por analogia ao Eu, o Eu por analogia ao todo, a escolha do pavimento por analogia à ação humana e à sua capacidade de escolha, a educação como o veículo por excelência para exercer essa capacidade, para optar pela ação em detrimento da inação, para saber como agir.

para além do silêncio

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Fátima Bernardo, pela partilha de conhecimentos, pela paciência, pela enorme disponibilidade, pelo entusiasmo, principalmente quando eu já não o tinha, por acreditar sempre e puxar por nós (sim, Irene, tu também)!

À Irene Lagartixa, por este processo paralelo, pela partilha, por nos revezarmos no baixar de ânimo e no entusiasmo, alternando entre o ceder à frustração e o puxar uma pela outra. Tornou todo este processo mais leve, mais rico. Obrigada por ajudares a manter a minha sanidade mental!

Ao Professor Rui Gaspar que gentilmente nos disponibilizou o acesso ao Qualtrics.

Ao Professor Manuel Minhoto, à Elsa Ramalho, Inês Valente e Inês Marques, pelos preciosos conselhos.

À Ana Salvador, Irene Lagartixa (outra vez), Rosário Bernardo, Sara Prezado, Carlos Ferreira, Tiago Dores e Eduardo Raimundo, por me permitirem partilhar, e por partilharem comigo, estes cinco anos. Escolheria revivê-los sem hesitar.

À Barbara Bulhão, pela página ilustrada, pela análise profunda sobre todos os instantes da vida horas a fio.

Aos amigos que são mais do que irmãos: Inês Caldeira!

A todas as pessoas que deram um bocadinho do seu tempo para participar neste estudo. A todos aqueles que pediram ao amigo, tio, amigo do tio e periquito que participassem também.

Por ultimo, na esperança de um efeito de recência, aos meus pais, pela tolerância durante este processo (demasiado) demorado, pela educação, pela liberdade de escolhas, por me permitirem chegar até aqui, ser o que sou, pelo amor.

À minha irmã, porque sei está ali, e é tudo, é o bastante!

Para além do silêncio: Responsabilidade social e intenção de agir em situações de violência entre parceiros íntimos

Resumo

Com esta dissertação pretende-se analisar a influência da percepção de severidade, responsabilidade pessoal e atribuição de culpa, na intenção de intervir dos ajudantes informais, quando expostos a situações de violência entre parceiros íntimos (VPI) (perpetradas pelo homem contra a mulher e pela mulher contra o homem). Pretende-se ainda verificar se existem diferenças na intenção de agir de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal, da experiência anterior de VPI e do tipo de violência. Para tal, recorreu-se a cenários hipotéticos de VPI e a quatro comportamentos de ajuda (denúncia anónima, denúncia identificada, falar/aconselhar a vítima e falar/aconselhar o/a agressor/a). Os resultados sugerem que, a percepção de severidade, a responsabilidade pessoal e a atribuição de culpa influenciam a intenção de agir. Sugerem, também, a existência de diferenças na intenção de intervir de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal, da experiência anterior de VPI e do tipo de violência.

Palavras-chave: violência entre parceiros íntimos; comportamentos de ajuda; percepção de severidade; responsabilidade pessoal; atribuição de culpa

Beyond silence: Social responsibility and intention to act in intimate partner violence events

Abstract

This research aims to analyze the influence of perceived severity, personal responsibility and blame attribution, on informal helpers intent to act, when exposed to intimate partner violence events (IPV; perpetrated by man against woman and by woman against man). This research also aims to analyze if there are differences in the intention to act according to the sociodemographic characteristics of the informal helper, previous experience of IPV and type of violence. For this, we used hypothetical IPV scenarios and four types of help behaviors (anonymous complaint; identified complaint, talk/counseling the victim and talk/counseling the perpetrator). The results suggest that, perception of severity, personal responsibility and blame attribution influence the intention to act. They also suggest the existence of differences in this intention according to the sociodemographic characteristics of the informal helper, previous experience of IPV (lived and observed) and type of violence.

Keywords: intimate partner violence; help behaviors; perceived severity; personal responsibility; blame attribution

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	4
Capítulo 1 – Violência entre parceiros íntimos (VPI).....	4
1.1. Multiplicidade de conceitos.....	4
1.2. Tipos de violência e impacto na vítima.....	5
1.3. VPI: Um caso de simetria ou assimetria de género?.....	6
1.4. A VPI em números.....	8
Capítulo 2 – Responsabilidade social e intenção de agir.....	10
2.1. Rede social informal: Para além do silêncio.....	10
2.1.1. Perceção de severidade, responsabilidade pessoal e intenção comportamental.....	12
2.1.2. Atitudes, normas e intenção comportamental.....	16
2.1.3. Atribuição de culpa.....	20
Parte II – Estudo Empírico.....	24
Capítulo 3 – Objetivos e questões de investigação.....	24
Capítulo 4 – Estudo 1: Vitimização feminina.....	26
4.1. Metodologia.....	26
4.1.1. Participantes.....	26
4.1.2. Instrumentos.....	28
4.1.3. Procedimento de construção do instrumento.....	31
4.1.4. Procedimento de recolha dos dados.....	34
4.1.5. Procedimento de análise dos dados.....	35
4.2. Resultados.....	37
4.2.1. Análise de regressão.....	37
4.2.2. Análise comparativa: Características sociodemográficas e experiência anterior de violência.....	40
4.2.3. Análise comparativa: Tipo de violência.....	44
4.3. Discussão.....	47
Capítulo 5 – Estudo 2: Vitimização masculina.....	53
5.1. Metodologia.....	53
5.1.1. Participantes.....	53
5.1.2. Instrumentos.....	55
5.1.3. Procedimento de construção do instrumento.....	55

5.1.4. Procedimento de recolha dos dados.....	55
5.1.5. Procedimento de análise dos dados.....	55
5.2. Resultados.....	55
5.2.1. Análise de regressão.....	55
5.2.2. Análise comparativa: Características sociodemográficas e experiência anterior de violência.....	58
5.2.3. Análise comparativa: Tipo de violência.....	62
5.3. Discussão.....	65
Capítulo 6 – Conclusão.....	70
Capítulo 7 – Referências.....	72

Índice de Tabelas

Estudo 1 – Vitimização feminina

Tabela 1: <i>Caracterização sociodemográfica da amostra</i>	27
Tabela 2: <i>Experiência anterior de violência doméstica</i>	27
Tabela 3: <i>Cenários hipotéticos Estudo 1 e Estudo 2</i>	28
Tabela 4: <i>Conjunto de questões aplicado para cada cenário hipotético de VPI em ambos os estudos</i>	29
Tabela 5: <i>Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia anônima”</i>	37
Tabela 6: <i>Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia identificada”</i>	38
Tabela 7: <i>Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar a vítima”</i>	39
Tabela 8: <i>Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar o agressor”</i>	39
Tabela 9: <i>ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anônima”</i>	41
Tabela 9.1: <i>Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia anônima”</i>	41
Tabela 10: <i>ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”</i>	42
Tabela 10.1: <i>Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia identificada”</i>	42
Tabela 11: <i>ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a vítima”</i>	43
Tabela 11.1: <i>Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a vítima”</i>	43

Tabela 12: ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar o agressor”	44
Tabela 12.1: Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar o agressor”	44
Tabela 13: ANOVAS de medições repetidas: diferenças intra-sujeitos na intenção de agir de acordo com o tipo de violência (física, psicológica-emocional e psicológica-dominância).....	44
Tabela 13.1: Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia anônima” de acordo com o tipo de violência	45
Tabela 13.2: Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia identificada” de acordo com o tipo de violência.....	45
Tabela 13.3: Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar a vítima” de acordo com o tipo de violência.....	46
Tabela 13.4: Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar o agressor” de acordo com o tipo de violência.....	47

Estudo 2 – Vitimização masculina

Tabela 14: Caracterização sociodemográfica da amostra.....	54
Tabela 15: Experiência anterior de violência doméstica.....	54
Tabela 16: Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia anônima”	56
Tabela 17: Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia identificada”.....	56
Tabela 18: Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar a vítima”.....	57
Tabela 19: Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar a agressora”	58
Tabela 20: ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anônima”	59
Tabela 20.1: Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia anônima”	59

Tabela 21: ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”.....	60
Tabela 22: ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a vítima”	60
Tabela 22.1: Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a vítima”.....	60
Tabela 23: ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a agressora”	61
Tabela 23.1: Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a agressora”.....	61
Tabela 24: ANOVAS de medições repetidas: diferenças intra-sujeitos na intenção de agir de acordo com o tipo de violência (física, psicológica-emocional e psicológica-dominância).....	62
Tabela 24.1: Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia anônima” de acordo com o tipo de violência.....	63
Tabela 24.2: Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia identificada” de acordo com o tipo de violência.....	63
Tabela 24.3: Comparação múltipla de médias para a intenção de falar/aconselhar a vítima” de acordo com o tipo de violência.....	64
Tabela 24.4: Comparação múltipla de médias para a intenção de falar/aconselhar a agressora” de acordo com o tipo de violência.....	64

Lista Braquigráfica

VPI: Violência entre Parceiros Íntimos

Introdução

“A violência cometida entre parceiros íntimos viola a ideia fundamental que a maioria das pessoas tem de uma relação de intimidade. O que leva ao paradoxo onde supostamente a fonte de amor e de intimidação é a mesma”

(Arriaga & Capezza, 2011).

Desde os anos 60/70 que o interesse e, concomitantemente, a produção científica no âmbito da violência entre parceiros íntimos (VPI) tem vindo aumentar. O início deste percurso investigativo foi essencialmente marcado pelo estudo da vitimização feminina. A VPI contra a mulher tem vindo a ser encarada como um problema global e de saúde pública, com implicações graves ao nível da saúde mental e física das vítimas (WHO, 2013).

Ao longo do tempo outros contextos relacionais foram ganhando destaque (e.g., violência contra o homem, violência entre parceiros homossexuais). Apesar de alguma controvérsia no meio académico, vários estudos e estatísticas criminais têm vindo a indicar que o homem também é vítima de violência por parte da mulher (e.g., Archer, 2000; Desmarais, Reeves, Nicholls, Telford & Fiebert, 2012; Straus, 2010). A violência contra o homem existe e deve ser encarada como um crime sério e um problema social e de saúde (Straus, 2010).

Numa fase inicial, o foco da investigação incidiu sobre a prevalência dos diferentes tipos de violência e o seu impacto na vítima. Mais recentemente surgiu o interesse pela compreensão das atitudes, crenças e mitos subjacentes à violência (Dias, 2012). Com este interesse, os holofotes viraram-se para a população, para as suas atitudes e respostas face à VPI.

A literatura tem vindo a destacar o papel relevante que os ajudantes informais podem desempenhar, tanto ao nível do suporte social e da saúde mental das vítimas (Liang, Goodman, Tummala-Narra, & Weintraub, 2005), como no combate à VPI (e.g., Gracia, García & Lila, 2009; West & Wandrei, 2002; Woods, Shorey & Cornelius, 2016). A própria legislação foi sofrendo progressivas alterações e atribuindo um papel de maior relevo à população no combate a este tipo de violência. Atualmente, à luz do artigo 152 do código penal (Decreto Lei no 400/82 de 4 de Setembro da Assembleia da Republica, 2007), a violência doméstica (na qual se inclui a VPI) é tipificada como um crime público, pelo que qualquer pessoa pode efetuar uma denúncia, sendo o Ministério Público obrigado a abrir um inquérito e a apurar os factos.

À partida esta rede de suporte informal é a primeira a ter contacto com as situações de violência, seja numa ocasião fortuita com desconhecidos, seja por terem algum tipo de relação com os intervenientes (e.g., familiar, amizade, laboral). Enquanto os agentes especializados (e.g., polícia, serviços sociais) dependem da vítima ou de terceiros para terem conhecimento das ocorrências (salvo algumas exceções em que presenciem os acontecimentos).

Quando, perante uma situação de VPI, os ajudantes informais optam pelo silêncio, acabam por transmitir uma mensagem de tolerância que ajuda a perpetuar a violência (Bennet & Williams, 1999 como citado em Gracia, García & Lila, 2009). Incentivar esta rede de suporte informal a agir parece assumir-se como uma estratégia importante no combate à VPI (Wee, Todd, Oshiro, Greene & Frye, 2016). Para tal é imprescindível que se conheça a realidade atual, que se analisem os fatores que impulsionam a intervenção e aqueles que a retraem. Só assim será possível desenvolver programas educativos e campanhas adequadas que visem incentivar e dotar estes ajudantes com as competências necessárias para intervir.

A presente dissertação teve como finalidade, num primeiro momento, analisar a intenção de agir dos ajudantes informais quando expostos a situações de VPI (perpetradas pelo homem contra a mulher e pela mulher contra o homem). Mais concretamente pretendeu-se compreender em que medida é que a decisão de agir é influenciada por um conjunto de variáveis, nomeadamente: a perceção de severidade da situação de violência, o sentimento de responsabilidade pessoal para agir e o tipo de atribuição de culpa (à vítima, ao/á agressor/a ou à situação).

Num segundo momento procurou-se ainda compreender se a intenção de realizar cada um dos comportamentos de ajuda em estudo (realizar uma denúncia anónima; realizar uma denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar o/a agressor/a) difere de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal (género, idade, estado civil e escolaridade), com a experiência anterior de violência (observada e vivida como vítima/agressor/a) e com o tipo de violência (violência física, violência psicológica-emocional e psicológica dominação).

A dissertação é composta por duas partes. A primeira parte diz respeito ao Enquadramento Teórico e alberga dois capítulos. No capítulo 1 faz-se uma introdução ao tema da VPI. Nesta seção aborda-se a multiplicidade de conceitos utilizados, os tipos de VPI e o seu impacto, a questão da simetria/assimetria de género e as estatísticas criminais. No capítulo 2 introduz-se a temática dos ajudantes informais e

dos comportamentos de ajuda em situações de VPI. Neste capítulo faz-se a ponte entre a intenção de agir e a sua relação com variáveis consideradas relevantes na tomada de decisão, nomeadamente: perceção de severidade, responsabilidade pessoal, atitudes e atribuição de culpa.

A segunda parte diz respeito ao Estudo Empírico. Nesta secção são apresentados os objetivos e questões de investigação que são comuns para dois estudos. O *Estudo 1 – Vitimização Feminina*, como o nome indica, incide sobre a violência perpetrada pelo homem sobre a mulher. O *Estudo 2 – Vitimização masculina* é uma replicação do anterior, onde apenas se manipulou o alvo da violência, aqui a mulher passa a ser a agressora e o homem a vítima. Para cada estudo é apresentado o procedimento metodológico, os resultados e a discussão.

Por fim apresenta-se uma breve conclusão onde se enfatizam as principais ideias a reter, bem como as principais limitações e direções futuras.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – Violência entre parceiros íntimos (VPI)

1.1. Multiplicidade de conceitos

É difícil encontrar na literatura uma definição consensual de violência (Asblaster, 1996), o que acaba por espelhar a complexidade e subjetividade do termo, bem como as diferentes influências a que se encontra sujeito (sociais, culturais, étnicas, legais) (Coelho, 2010).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, comprometimento do desenvolvimento ou privação” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002, p.5).

A própria definição remete para a classificação da violência em três grandes categorias: violência autoinfligida, violência coletiva e violência interpessoal (na qual se centra a nossa investigação) (Krug et al., 2002).

A partir dos anos 60/70 a violência interpessoal, mais concretamente aquela que tem lugar no contexto doméstico, tornou-se objeto sistemático de estudo (Dias, 2004; Casemiro, 2008). Inicialmente a vitimologia entendia a rua como o contexto preferencial para o crime e a casa como um espaço seguro (Machado & Gonçalves, 2002). Porém, os movimentos feministas vieram alertar para o facto do espaço privado se afigurar, também, como espaço de violência (Matos & Machado, 1999). Desde então, a violência que tem lugar no espaço doméstico tem vindo a ser progressivamente desmascarada, tal como as relações de proximidade entre ofensor e vítima (Machado & Gonçalves, 2002).

Inicialmente os estudos nesta área centraram-se, sobretudo, no âmbito da violência contra a mulher em relações conjugais. Posteriormente, a partir dos anos 80, o interesse estendeu-se a outros contextos relacionais, nomeadamente: relações de coabitação entre parceiros heterossexuais, parceiros homossexuais, relações de namoro e violência contra o homem (Machado, Caridade & Martins, 2010).

Paralelamente a este crescente e diversificado corpo teórico emergiram diferentes conceitos, com diferentes amplitudes de utilização, que por vezes se sobrepõem e confundem (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). O termo “violência

doméstica” é talvez o mais comumente utilizado para fazer referência a este tipo de violência interpessoal (Coelho, 2010). Contudo, este é um termo abrangente que engloba, não só a violência exercida sobre um cônjuge/ex-cônjuge ou companheiro/ex-companheiro, como também a violência cometida contra descendentes (mãe, pai, filho/a, avó, avô) ou qualquer outro familiar (Manita et al., 2009). Pelo que Manita e Colaboradores (2009) propõem duas subdivisões deste conceito, nomeadamente: “violência conjugal” e “violência entre parceiros íntimos” (VPI). A primeira é mais restrita e diz respeito à violência exercida contra um cônjuge/companheiro/a ou ex-cônjuge/ex-companheiro/a. A segunda visa abranger a violência exercida entre companheiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos. Entende-se por VPI “o abuso de uma pessoa sobre a outra, numa relação específica de intimidade, podendo ocorrer em relações maritais e não maritais (e.g., namoro, coabitação, separação), atuais ou passadas, de carácter heterossexual ou homossexual.” (Matos, 2006, p.27).

É de salientar que nem todos os investigadores utilizam esta subdivisão de conceitos. Termos como “violência doméstica”, “violência conjugal” e “violência entre parceiros íntimos” são, por vezes, utilizados como sinónimos (Martins, 2013). Neste estudo optou-se pela utilização da terminologia proposta por Manita e Colaboradores (2009), mais concretamente, pelo uso do termo “violência entre parceiros íntimos” (VPI).

1.2. Tipos de violência e impacto na vítima

Quanto à natureza da violência esta pode ser classificada como: física, psicológica e sexual (esta última não é objeto de estudo na presente investigação)

A violência física consiste no uso da força física com o objetivo de ferir (deixando ou não marcas visíveis) e envolve atos como: empurrar, esbofetear, atirar objetos, puxar cabelos, espancar, esfaquear, entre outros (podendo mesmo acabar em tentativa de homicídio ou homicídio consumado) (Manita et al., 2009; Redondo, Pimentel & Correia, n.d.).

A violência psicológica caracteriza-se por um conjunto de atos verbais ou não verbais que causam dano simbólico (Manita et al., 2009). Tais atos podem pertencer à subcategoria do abuso emocional (e.g., menosprezar, insultar, humilhar em privado ou em público) ou da dominação (e.g., intimidar, ameaçar fazer mal aos filhos, virá-los contra a vítima ou cometer suicídio) (Chamberland & Laport, 2010).

Por fim, a violência sexual diz respeito a qualquer forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima (e.g., violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, exposição forçada a pornografia) (Manita et al., 2009; Redondo et al., n.d.).

No caso da violência contra a mulher aquilo que se sabe é que, na maioria das vezes, os diferentes tipos de violência acabam por coexistir. Algumas pesquisas indicam que a violência física, normalmente, é acompanhada por violência psicológica e, de um terço a mais de metade dos casos, por violência sexual. Sabe-se ainda que a violência psicológica tende a preceder a agressão física, sendo que esta tende a aumentar em termos de gravidade e frequência ao longo do tempo (Krug et al., 2002).

Todos os tipos de violência comportam consequências ao nível da saúde mental e física das vítimas (Murphy & Hoover, 1999 como citado em Arriaga & Capezza, 2011). Segundo Linares (2002, como citado em Redondo et al., n.d., p.35) “Academicamente, do ponto de vista fenomenológico, o sofrimento é indivisível. Os maus-tratos físicos incluem necessariamente maus-tratos psicológicos e os maus-tratos psicológicos pressupõem consequências físicas”.

Para além das consequências diretas da violência física (cortes, hematomas, invalidez, morte), outros efeitos adversos têm sido observados em mulheres vítimas de violência, nomeadamente: síndrome de intestino irritável, distúrbios gastrointestinais, fibromialgia, dor crónica, ansiedade, depressão, tentativas de suicídio, abuso de álcool e drogas, entre outros (Krug, et al., 2002).

Relativamente às consequências da VPI no homem, o fenómeno ainda não é tão explorado. No entanto, sabe-se que eles também experienciam consequências físicas, psicológicas e sociais consideráveis (Machado, Santos, Graham-Kevan & Matos, 2016), tais como: tensão arterial elevada, sentimento de medo e angústia, isolamento, depressão, ideação suicida, perturbação de stress pós-traumático e sintomatologia psicossomática (Hines & Douglas, 2014; Hines & Malley-Morrison, 2001).

1.3. VPI: um caso de simetria ou assimetria de género?

A violência que é praticada por homens e mulheres em relações de intimidade tem gerado controvérsia entre diferentes investigadores (Saunders, 2002), nomeadamente em relação à prevalência, frequência e severidade da mesma (Chan, 2012). Duas perspetivas emergiram sobre este assunto: a perspetiva feminista e a perspetiva da violência na família/dos sociólogos da família (Melton & Belknap, 2003).

De acordo com a primeira perspectiva, a violência na intimidade é culturalmente sustentada (Dutton & Nicholls, 2005), sendo encarada como o resultado de uma sociedade patriarcal, numa forma de dominação social e de subordinação da mulher ao homem (Casemiro, 2008). A perspectiva feminista defende a ideia de que este é um fenómeno assimétrico/de género, com a violência na intimidade a ser perpetrada primariamente pelo homem sobre a mulher (Dobash & Dobash, 2004).

Do outro lado da barricada está a perspectiva dos sociólogos da família. De acordo com a mesma, a violência na intimidade é algo inerente às características da família e da sociedade e não apenas ao homem (Straus, 2010). A partir da década de 70, os percursores desta perspectiva levantaram a ideia de que um número considerável de homens seriam vítimas de agressões físicas por parte das suas cônjuges (Steinmetz 1977-78; Strauss, 1980 como citado em Casemiro, 2008). Steinmetz (1977-78) chamou mesmo à atenção para aquilo que denominou de “síndrome de homens batidos”. Desde então, outros estudos se sucederam, com os autores a afirmarem que este é um fenómeno simétrico, homens e mulheres são igualmente suscetíveis de serem autores e vítimas de violência na intimidade (Costa et al., 2015; Melton & Belknap, 2003; Straus, 2010). No caso particular da violência psicológica, Woods e Colaboradores (2016) concluíram que são as mulheres que mais recorrem a este tipo de violência contra o homem.

Os feministas criticam os sociólogos da família, entre outras coisas, por não terem em consideração o contexto, as consequências, motivações, intenções e reações da violência (Dobash & Dobash, 2004). Segundo os mesmos, os motivos da violência são diferentes entre homens e mulheres. Enquanto os homens recorrem à violência como forma de controlo e exercício do poder (Melton & Belknap, 2003), a violência cometida pela mulher ocorre num contexto essencialmente reativo ou de autodefesa face à violência exercida pelo parceiro (Allen, Swan & Raghavan, 2009; Dobash & Dobash, 2004; Dutton & Nicholls, 2005; Saunders, 2002; Swan & Snow, 2002).

De acordo com Saunders (2002) quando variáveis como o contexto e a motivação são consideradas, os números da simetria esbatem-se. Porém, os sociólogos da família defendem que os preditores e motivos da violência são bastante semelhantes entre homens e mulheres (Medeiros & Straus, 2006 como citado em Hines & Douglas, 2010). Straus (2010) refere mesmo que as mulheres também recorrem à violência como forma de dominação e controlo.

Relativamente à severidade e consequências, os sociólogos da família defendem que a mulher também recorre a formas de violência severa (Hines & Douglas, 2010). Num estudo exploratório Hines, Brown e Dunning (2007) concluíram que, em alguns casos, a violência cometida contra o homem foi suficientemente severa para que este sentisse a sua vida ameaçada, bem como para justificar a intervenção da polícia e cuidados médicos. É certo que a sociedade tende a definir a mulher como um ser mais fraco do que o homem (física e psicologicamente) e a colocar em causa a sua capacidade para executar comportamentos agressivos mais exigentes do ponto de vista físico (Alvarez, Gómez & Jara, 2010). Porém, a mulher encontrou formas de equilibrar essas diferenças morfológicas. O arremesso de objetos é um comportamento a que agressora recorre com frequência (dependendo do objeto o dano pode ser grave), uma vez que pode ser realizado a uma certa distância, protegendo-a da retaliação e equilibrado as diferenças morfológicas (Melton & Belknap, 2003; Sorenson & Taylor, 2005).

Apesar de tudo, o próprio Straus (2010), um dos grandes percussores da perspetiva da violência na família, reconhece que, regra geral, os efeitos adversos da violência são bastante mais elevados para as mulheres. A violência perpetrada pelo homem causa mais danos (físicos e psicológicos), mais mortes e mais medo.

A resposta sobre quem é mais violento, homens ou mulheres, tem assim variado ao longo do tempo. Segundo Archer (2000) e Johnson (2006) os resultados controversos devem-se, essencialmente, ao facto de os estudos recorrerem a amostras diferentes. Quando se recorre a mulheres alojadas em casas abrigo (feministas) os índices de agressões sofridas aumentam significativamente quando comparados com amostras da comunidade (sociólogos da família).

Archer (2000) acrescenta ainda o facto de não existirem instrumentos de medida adequados. Quando as medidas são baseadas em atos (perspetiva dos sociólogos da família), os resultados indicam que as mulheres são significativamente mais propensas a utilizar violência física contra o parceiro e fazem-no de forma mais frequente. Por sua vez, quando as medidas são baseadas nas consequências físicas visíveis da agressão (perspetiva feminista), os resultados indicam o inverso.

1.4. A VPI em números

A realidade é que os números da violência contra a mulher em relações de intimidade são avassaladores. A nível mundial estima-se que, quase um terço (30%) de todas as mulheres que estiveram num relacionamento sofreram violência física

e/ou sexual por parte do seu parceiro (WHO, 2013). Globalmente estima-se que 38% de todos os assassinatos de mulheres são cometidos por parceiros íntimos (WHO, 2013). Segundo o último Relatório Anual de Segurança Interna (MAI, 2015), nesse ano, 85% das vítimas de violência doméstica em Portugal eram do sexo feminino. Quando se analisa o grau de parentesco constata-se que, em 78% dos casos, a violência foi cometida por um cônjuge/ex-cônjuge ou companheiro/ex-companheiro.

Estes números representam apenas a ponta do iceberg. Uma vez que um número considerável de ocorrências acaba por não ser reportado, seja por razões pessoais (e.g., constrangimento, medo da retaliação, dependência económica) ou sociais (e.g., privacidade da família, desigualdade de género, atitudes de culpabilização da vítima) (Gracia, 2004).

Embora as estatísticas da violência contra a mulher sejam esmagadoras, os números da vitimização masculina não devem ser ignorados. Numa pesquisa realizada pelo National Violence Against Women, publicada por Tjaden e Thoennes, (2000), 7,4% dos homens entrevistados afirmaram ter sido vítimas de violência física por parte de uma companheira/cônjuge ao longo da vida. Uma revisão de estudos publicados entre 2000 e 2010 encontrou evidências de que, 1 em cada 5 homens (19.2%) já sofreram violência física numa relação de intimidade (Desmarais et al., 2012). Em Portugal, dados da APAV (2016) indicam que, entre 2013 e 2015, 1240 homens adultos foram vítimas de violência doméstica, tendo-se verificado um aumento percentual de 14,4% de 2013 para 2015. Quando se analisa o grau de parentesco constata-se que, em 56% dos casos, a violência foi cometida por uma companheira/ex-companheira ou cônjuge/ex-cônjuge.

De acordo com Machado e Matos (2014) os homens são essencialmente vítimas de violência moderada e psicológica. Segundo dados da APAV (2016), dos maus tratos sofridos, 38% referem-se a maus tratos psíquicos e 25% a maus tratos físicos. O que acaba por revelar uma falha da literatura que se tem centrado sobretudo no abuso físico (Casemiro, 2008).

O facto de os homens se depararem com dificuldades acrescidas na procura de ajuda poderá resultar numa discrepância entre as ocorrências conhecidas e os números reais da vitimização. Um estudo pioneiro em Portugal sobre a procura de ajuda e necessidades das vítimas masculinas de VPI (Machado, 2016) concluiu que os homens se sentem mais relutantes em pedir ajuda, sendo pouco provável que o façam. Na base desta relutância parecem estar barreiras externas/sociais (e.g., estereótipo de que a VPI só existe contra a mulher; falta de serviços especializados) e

barreiras internas (e.g., não se identificam como vítimas, medo do ridículo, vergonha, constrangimento, ameaças à masculinidade).

Embora a VPI possa apresentar diferenças (ao nível dos motivos, frequência, severidade e consequências) de acordo com o gênero da vítima e do ofensor, não se deve ignorar que o homem também pode ser vítima de violência por parte da mulher. Tal como refere Straus (2010), a violência contra o homem existe e deve ser encarada como um crime sério e um problema social e de saúde, independentemente desse abuso ser menos severo do que o cometido pelo homem contra a mulher.

Capítulo 2 - Responsabilidade social e intenção de agir

2.1. Rede social informal: Para além do silêncio

Os ajudantes informais ou espectadores (familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho/escola ou simples desconhecidos) são testemunhas que, pela sua presença, têm a capacidade de ajudar a vítima, encorajar o/a agressor/a ou simplesmente não fazer nada (Banyard & Moynihan, 2011; Banyard, Weber, Grych & Hamby, 2016).

A maioria dos estudos sobre VPI tem-se centrado, quase exclusivamente, na resposta dos serviços/agentes especializados às vítimas (e.g., polícia, serviços sociais) (West & Wandrei, 2002). Embora se saiba que a família e os amigos são dois dos principais recursos a que vítimas femininas (West & Wandrei, 2002) e masculinas (Machado 2016) recorrem, poucos estudos têm procurado compreender o comportamento destes agentes quando testemunham situações de VPI (Banyard, 2008, Waltermaurer, 2012; West & Wandrei, 2002).

A literatura sugere que um número substancial de casos, embora não sendo reportados, são do conhecimento do círculo social da vítima (Gracia, 2004). Numa pesquisa realizada em Espanha pelo Centro de Investigaciones Sociológicas (2004), 22,9% dos indivíduos afirmaram ter conhecimento de algum caso de VPI contra a mulher, destes, 71,5% optaram por não reportar a situação. Por vezes o que está em causa acaba por não ser o desconhecimento das ocorrências mas sim um clima de silêncio social e inibição (Gracia, 2004). O silêncio e a passividade, ainda que indiretamente, promovem a tolerância e aceitabilidade da violência, protegendo o agressor/a e desprotegendo a vítima (Bennet & Williams, 1999 como citado em Gracia, et al., 2009).

Num Eurobarómetro mais recente “Gender-based violence” (2016) as principais razões apresentadas pelos participantes para justificar o seu silêncio foram: não era da sua conta (26%); nenhuma razão em particular (23%); as circunstâncias não eram suficientemente claras (16%); não queriam causar problemas (16%); medo da retaliação (11%); não sabiam com quem falar (8%); a situação não era suficientemente séria (6%); demasiado esforço associado (3%).

Embora o silêncio seja um tipo de resposta predominante, em certas circunstâncias esta rede de ajuda informal parece estar disposta a agir (Gracia et al., 2009). De acordo com o último relatório sobre violência doméstica do Ministério da Administração Interna (MAI, 2015), em 2014, 9% das situações de VPI foram reportadas por vizinhos, enquanto 3% partiram de uma denúncia anónima. Também a APAV (2015) aponta números neste segmento, segundo as estatísticas de 2015, 18.74% dos contactos efetuados partiram de familiares.

Importa referir que os comportamentos de ajuda desta rede de suporte informal têm sido estudados no âmbito da VPI contra mulher, desconhecendo-se estudos deste género especificamente direcionados para a VPI contra o homem. Quando os há, é por comparação com a vitimização feminina (e.g., Harris & Cook, 1994; Sorenson & Taylor, 2005).

Diferentes tipos de intervenção têm sido estudados em situações de VPI contra a mulher. Gracia e Colaboradores (2009) sugerem dois tipos de respostas: respostas de mediação (e.g., oferecer ajuda, apoio e compreensão, aconselhamento, ajuda na tomada de decisão, conversar com o casal, com o agressor ou com a vítima) e respostas de denúncia (reportar o caso às autoridades). O ajudante informal pode também intervir envolvendo-se fisicamente com o agressor/a (Chabot, Gray, Makande & Hoyt, 2016; Latané & Darley, 1968). Beeble, Post, Bybee e Sullivan (2008) sugerem ainda respostas de suporte instrumental como disponibilizar um sítio para a vítima ficar ou providenciar ajuda financeira.

Algumas destas respostas são consideradas pelas vítimas femininas como úteis, nomeadamente: escutar, garantir que a culpa não é da vítima e encorajar a mulher a procurar ajuda profissional. Por outro lado, determinadas respostas são consideradas inúteis ou até prejudiciais, tais como: raiva e tentativa de vingança contra o agressor; trivializar a situação; ver a vítima como um fracasso; utilizar frases como “eu avisei-te” e aconselhamento excessivo (Mahlstedt and Keeny's, 1993; West & Wandrei, 2002).

Regra geral as pessoas preferem prestar suporte emocional à vítima (falar/aconselhar) do que ligar para a polícia ou envolverem-se com o agressor (Beeble et al., 2008; Chabot et al., 2016). De acordo com Wee e Colaboradores (2016), as estratégias focadas no agressor (confrontar o agressor e ligar para a polícia de forma anónima/não anónima) são consideradas pelos ajudantes informais como as menos eficazes ou viáveis.

A questão que se coloca é a seguinte: o que leva os ajudantes informais a decidir intervir? A literatura tem vindo a estudar algumas variáveis que parecem ser relevantes na tomada de decisão, nomeadamente: a perceção de severidade da situação, o sentimento de responsabilidade pessoal para intervir (e.g., Darley & Latané, 1968; Gracia et al., 2008, 2009), a atribuição de culpa à vítima e as atitudes do sujeito em relação à VPI (e.g., Flood & Pease, 2009; Gracia & Herrero, 2006). De seguida abordaremos de forma mais detalhada cada uma delas.

2.1.1. Perceção de severidade, responsabilidade pessoal e intenção comportamental

Estudos recentes sugerem que o Modelo Cognitivo de Latané e Darley (1968) e o Modelo do Cálculo do Observador (Pillivain, Pillivain & Rodin, 1975) podem ser relevantes para compreender o que leva os ajudantes informais a decidir intervir em situações de VPI (e.g., Casey & Ohler, 2012, Chabot et al., 2016; Gracia et al., 2009). Alguns dos estudos que utilizam estes modelos focam-se em casos de agressão sexual, mas com implicações importantes para a VPI (e.g., Banyard, 2008; Banyard & Moynihan, 2011; Banyard, et al., 2016)

De acordo o Modelo Cognitivo de Latané e Darley (1968), a decisão de ajudar depende dos resultados de uma serie de decisões cognitivas que o espectador/ajudante informal tem de tomar. Estas decisões ocorrem num processo sequencial, sendo que a qualquer momento a ajuda pode ficar comprometida. Primeiramente é necessário que o sujeito se aperceba da situação e a percecione como uma emergência (ou suficientemente severa) para requerer a sua intervenção. Uma situação de emergência possui algumas características básicas: envolve perigo para pessoas ou bens; não é habitual; pode ser de natureza muito diferente; não é previsível, logo não existem planos de ação; e requer uma ação imediata. Após interpretar a situação como uma emergência é necessário que o ajudante informal implique a sua responsabilidade para intervir na mesma. Por fim, tem de decidir qual o curso de ação a tomar. Nesta última fase é essencial que o espectador sinta que

possui as competências e os recursos necessários para intervir (sentimento de autoeficácia).

O modelo postula ainda que a decisão de ajudar pode ser influenciada pela presença (real ou inferida pelo espectador) de outras testemunhas. Aquilo que se sabe é que, à medida que o número de espectadores aumenta, a probabilidade de ajuda diminui. Três processos permitem explicar este fenómeno: difusão da responsabilidade (a presença de outros espectadores permite transferir a responsabilidade de agir); influência social (o outro funciona como um modelo, se ele não reage é porque a situação não é assim tão grave) e inibição pela audiência (medo de reagir exageradamente e ser ridicularizado, medo do erro social) (Darley & Latané, 1968; Latané e Darley, 1968; Latané & Nida, 1981).

O medo do erro social conduz-nos inevitavelmente para outras variáveis importantes a considerar. Embora existam normas sociais/humanitárias que incentivam a ajuda, também existem medos associados sobre o que pode acontecer à pessoa que providencia essa ajuda. O espectador pode não querer envolver-se por medo dos custos associados: e.g., medo de ser ridicularizado como já foi referido; medo de ficar ferido; medo de se ver envolvido em processos judiciais, entre outros (Darley & Latané, 1968). É neste sentido que o Modelo do Cálculo do Observador de Piliavin e Colaboradores (1975) constitui um importante complemento do modelo anteriormente explanado, permitindo uma compreensão mais abrangente e robusta acerca dos comportamentos de ajuda.

De acordo com o Modelo do Cálculo do Observador de Piliavin e Colaboradores (1975), perante uma situação de emergência, o espectador passa por três fases até tomar a decisão de ajudar. Primeiro há uma reação de alerta fisiológico ao observar a angústia da vítima. Posteriormente é atribuída uma emoção a esse alerta fisiológico (e.g., medo, fúria, amor). Quando a situação provoca angústia pessoal (nervosismo, tensão) ao observador, a resposta de ajuda é motivada pelo desejo de reduzir a sua própria angústia. Por fim, o espectador calcula os possíveis custos de uma intervenção direta e indireta. Mais concretamente, os espectadores avaliam os possíveis custos de ajudar (e.g., tempo despendido; ficar ferido) e de não ajudar, tanto para si (e.g., remorsos, vergonha social/pessoal) como para a vítima (e.g., dano físico), assim como os benefícios (e.g., diminuir a própria angústia face ao sofrimento da vítima; gratidão), escolhendo a opção que diminua a sua angústia pessoal com o mínimo de custos possíveis (Piliavin et al., 1975). De acordo com esta perspectiva a decisão de intervir (e de como intervir) dependerá da avaliação que o

sujeito fazer dos potenciais riscos e benefícios dos diferentes cursos de ação (e.g., denunciar às autoridades, falar com a vítima ou com o agressor) (Gracia et al., 2009).

Batson e colaboradores (1981 como citado em Hogg & Vaugahn, 1998) consideram ainda um outro tipo de resposta menos egoísta, uma resposta empática. De acordo com esta hipótese o espectador percebe-se como similar à vítima, sendo a ajuda motivada pelo desejo de reduzir o sofrimento da mesma.

Analisemos agora como é que os modelos anteriormente mencionados se podem complementar. De acordo com o modelo cognitivo de Latané e Darley (1968), a percepção de severidade é uma variável importante no processo de tomada de decisão. Situações de maior gravidade são reconhecidas de forma mais rápida (Fischer, Greitemeyer, Pollozek & Frey, 2006; Fischer, Krueger, Greitemeyer, Vogrincic, Kastenmuller & Frey, 2011) e aumentam consideravelmente o nível de angústia do ajudante informal (em função da angústia da vítima), que pode ser reduzido ajudando a vítima (Piliavin et al., 1975). Do ponto de vista de uma análise custo-benefício, quanto maior for a gravidade da situação, maior a probabilidade de ter consequências negativas para a vítima, pelo que o custo psicológico de não intervir aumenta e, conseqüentemente, a probabilidade de intervir também aumenta. No entanto, nestas situações o custo de não intervir pode ser tão elevado como o de intervir (e.g., ficar ferido). Em casos em que ambos os custos são elevados, o sujeito tende a optar por respostas indiretas (e.g., ligar para a polícia) (Piliavin et al., 1975).

Em sentido contrário, a probabilidade de ajuda tende a diminuir em situações de menor gravidade (Latané & Nida, 1981). Do ponto de vista de uma análise custo-benefício, nestes casos o custo de intervir pode ser superior ao de não intervir (e.g., desperdiçar tempo quando as potenciais consequências para a vítima não são consideradas graves), pelo que a probabilidade de ajuda diminui. (Piliavin et al., 1975).

Para além disso, situações menos graves podem ser ambíguas. Em determinados casos, a barreira entre o que é um conflito normal e o que é uma situação de VPI pode ser mais ténue, dificultando o reconhecimento da situação pelos ajudantes informais (que, ao contrário dos agentes especializados, podem não ter formação na área) (Prah, 2006 como citado em Chabot, Manning & Poisson, 2009). Segundo Burn (2009) falhar na identificação de um acontecimento como problemático é uma das principais barreiras à intervenção em situações de agressão sexual.

Como já foi referido, depois de perceber a situação como grave, é necessário que o espectador implique a sua responsabilidade para agir (Latané & Darley, 1968). O sentimento de responsabilidade pessoal pode ser afetado pela

presença de outras pessoas. Se o indivíduo está sozinho, ele é o único responsável por lidar com a situação. Porém, se ele acredita que há mais pessoas presentes (mesmo que não as esteja a ver) a pressão de intervir dispersa-se, a responsabilidade difunde-se pelos outros ajudantes informais e a probabilidade de ajuda diminui (difusão da responsabilidade) (Darley & Latané, 1968; Latané & Nida, 1981). Quanto menor o sentimento de responsabilidade pessoal, menor o custo psicológico de não ajudar e, conseqüentemente, menor a probabilidade de intervir (Piliavin et al., 1975). Todavia, embora a probabilidade de ajuda diminua à medida que o número de espectadores aumenta (Latané & Darley, 1968), esta dinâmica é atenuada em situações de maior gravidade (Fischer et al., 2011).

O sentimento de responsabilidade pessoal pode ser particularmente importante em situações menos severas. Quando o custo de intervir e de não intervir são baixos, a probabilidade de agir está mais dependente das normas sociais de ajuda e do quão saliente essas normas são para o sujeito (Piliavin et al., 1975).

Pesquisas que têm estudado o comportamento dos espectadores perante diversas situações de violência sugerem que, a existência de algum tipo de relação entre o espectador e a vítima aumenta o sentimento de responsabilidade pessoal para agir e, conseqüentemente, a probabilidade do sujeito intervir (Burn, 2009; Levine, Cassidy, Brazier & Reicher, 2002). Pelo contrário, conhecer o perpetrador está associado a uma menor probabilidade de reportar a situação (Nicksa, 2014). Todavia, Banyard (2008) não encontrou qualquer relação entre estas variáveis e a probabilidade de agir em situações de agressão sexual.

A importância da percepção de severidade e do sentimento de responsabilidade pessoal tem sido demonstrada em vários estudos, com os participantes a relatarem uma maior probabilidade de agirem à medida que a gravidade da situação (Chabot et al., 2009; Fischer, et al., 2006; Gracia et al., 2009) e o sentimento de responsabilidade pessoal aumentam (Gracia et al., 2009). Gracia e Colaboradores (2009) concluíram que estas variáveis influenciam, não só a probabilidade de intervir, como também o tipo de resposta pela qual o sujeito opta. Os autores concluíram que, aqueles que percebem as situações como mais severas e que sentem maior responsabilidade pessoal para agir, estão mais dispostos a reportar a situação às autoridades. Já relativamente a respostas de mediação (e.g., falar/aconselhar a vítima ou o agressor), o sentimento de responsabilidade pessoal parece ser mais determinante do que a percepção de severidade.

Num outro estudo, Burn (2009) encontrou evidências de que, dificuldades em perceber as situações como graves, dificuldades em assumir responsabilidade pessoal para agir e dificuldades em saber como agir, se correlacionam negativamente com a intenção comportamental de agir em situações de agressão sexual.

2.1.2. Atitudes, normas e intenção comportamental

De acordo com a teoria da ação refletida de Fishbein e Ajzen (1975, como citado em Lima & Correia, 2013) todo o comportamento é uma escolha, uma opção ponderada entre várias alternativas, pelo que o melhor preditor do comportamento será a intenção comportamental. A intenção comportamental, por sua vez, é influenciada por dois antecedentes cognitivos: atitudes e normas subjetivas (pressões sociais) face à realização do comportamento.

As atitudes desempenham um papel importante na decisão de intervir e no tipo de resposta dos ajudantes informais. Atitudes de tolerância e aceitação da VPI têm vindo a ser associadas a atitudes negativas em relação à probabilidade de agir (Flood & Pease, 2009).

Gracia e Herrero (2006) conduziram uma investigação na população espanhola (N = 2 432) sobre atitudes de denúncia em casos de VPI contra a mulher. Os autores concluíram que níveis elevados de tolerância de VPI (e.g., em situações de violência moderada) se correlacionavam significativamente com atitudes negativas de denúncia, enquanto níveis baixos se correlacionavam com atitudes positivas. Para além dos níveis de tolerância, perceber a VPI como um problema disseminado na sociedade e discutir publicamente este questão surgiram também associados a atitudes positivas de denúncia. De acordo com Klein, Campbell, Soler e Ghez (1997 como citado em Gracia & Herrero, 2006) quanto maior a crença de que a VPI é um problema generalizado e uma ameaça para a sociedade, maior o sentimento de responsabilidade pessoal para intervir. A discussão pública da VPI, por sua vez, alerta para a importância do problema. Se o mesmo não é percebido como importante/problemático, a ação é considerada desnecessária. Nestes casos, o sentimento de responsabilidade pessoal e o custo de não intervir (e.g., sentimentos de culpa) diminuem, assim como a probabilidade de intervir (Staub, 2003 como citado em Gracia & Herrero, 2006).

Algumas investigações têm procurado analisar os diferentes tipos respostas de acordo com as características sociodemográficas dos envolvidos (vítima/agressor/a) e dos ajudantes informais.

Quando se analisa a direção da violência, verifica-se que a VPI contra a mulher tem maior probabilidade de ser reportada do que a VPI contra o homem (Felson & Feld, 2009; Harris & Cook, 1994; Sorenson & Taylor, 2005). A vitimização feminina é considerada mais séria (devido às diferenças morfológicas entre homens e mulheres), avaliada de forma mais negativa e considerada menos aceitável (e.g., Bethke & Dejoy, 1993; Robertson & Murachver, 2009; Simon et al., 2001). Segundo Robertson e Murachver (2009) as pessoas demonstram menos simpatia pela vítima masculina e, por vezes, riem-se quando lhes perguntam se o homem merece ser agredido (o que diminui a probabilidade de qualquer tipo de ajuda). Porém, poucas pessoas se riem quando alguém lhes pergunta se a mulher merece ser agredida.

Para além das atitudes, as normas sociais sobre a VPI contra a mulher são mais claras e amplamente difundidas do que as da VPI contra o homem (Sorenson & Taylor, 2005). Felson (2002 como citado em Felson & Feld, 2009) argumenta que há uma norma na sociedade que desencoraja os maus tratos a mulheres, incentivando pelo contrário a sua proteção. Esta norma conduz a uma maior condenação moral, maior punição e maior vontade de intervir quando a vítima é feminina (Felson & Feld, 2009). Segundo Eagly e Crowley (1986) as mulheres têm maior probabilidade de receber ajuda em situações de emergência (ou noutra tipo de situações) do que os homens.

Quanto ao género do ajudante informal, de acordo com Harris & Cook (1994), independentemente do género da vítima, as mulheres têm maior probabilidade de reportar o caso às autoridades. Nesta linha, algumas investigações concluíram que, seja qual for o tipo de ajuda (e.g., prestar suporte emocional, reportar o caso às autoridades), as mulheres têm maior probabilidade de intervir do que os homens (Beeble et al., 2008; European Commission, 2010). Provavelmente esta diferença deve-se ao facto de as mulheres apresentarem menos atitudes de aceitação da VPI, tanto contra a mulher (Rani & Bonu, 2009; Simon et al., 2001; West & Wandrei, 2002) como contra o homem (Simon et al., 2001). O que pode conduzir a uma maior probabilidade de ajudarem.

Alguns autores concluíram que, quando decidem intervir, os homens apresentam maior probabilidade de se envolverem em eventos mais perigosos e optam por comportamentos de risco mais elevado (e.g., envolverem-se verbal ou fisicamente com o agressor). Enquanto as mulheres têm maior probabilidade de se envolverem em contextos mais “seguros”, sentindo-se mais confortáveis em ouvir e providenciar suporte emocional às vítimas (Chabot et al., 2009; Chabot et al., 2016;

Eagly & Crowley, 1986). Segundo Chabot e Colaboradores (2016) estas diferenças podem estar relacionadas com a perceção de segurança, uma vez que as mulheres reportaram um maior receio em magoarem-se do que os homens.

Relativamente a comportamentos de risco mais moderado (e.g., ligar para a polícia), ao contrário de Harris e Cook (1994), Chabot e colaboradores (2009) não encontraram diferenças significativas relacionadas com o género do ajudante informal

Em relação à faixa etária, seria expectável que a probabilidade de intervir fosse menor nos participantes com idade mais avançada, uma vez que cresceram numa altura em que a VPI ainda não era considerada um problema social grave, podendo apresentar atitudes mais conservadoras e papéis de género tradicionais (Worden & Carlson, 2005). Indivíduos que suportam este tipo de atitudes percebem o comportamento do agressor como mais aceitável, menos censurável e menos abusivo (Capezza & Arriaga, 2008; Flood & Pease, 2009). Em sentido contrário, seria de esperar que os indivíduos mais jovens se tivessem afastado destas ideologias conservadoras (Beeble et al., 2008).

No entanto, num estudo realizado com jovens (15 -18 anos) no Reino Unido, apresentado em Gracia e Lila (2015), os participantes concordaram que a violência contra a mulher era um comportamento recorrente nos homens, sendo encarada como um aspeto normal da masculinidade jovem, adolescente e adulta. O estudo concluiu que estes jovens continuam a ser fortemente influenciados por questões ideológicas e pela segregação de papéis entre homens e mulheres. Nesta linha, Dalal, Lee e Gifford (2012) concluíram que adolescentes entre os 15 e 19 anos apresentam mais atitudes de aceitação da VPI contra a mulher.

Apesar destes resultados, ao nível da intenção comportamental a literatura é contraditória. De acordo com Beeble e Colaboradores (2008) os sujeitos mais novos têm maior probabilidade de intervir. Porém, Gracia e Colaboradores (2009) concluíram que os indivíduos com menos de 25 anos têm menor probabilidade de ajudar, independentemente do tipo de ajuda. Neste estudo foram os participantes com mais de 25 anos que indicaram maior propensão para mediar as situações (e.g., falar com a vítima/agressor), enquanto os sujeitos com mais de 45 anos demonstraram maior tendência para denunciar a situação às autoridades.

Para compreendermos estes resultados, em primeiro lugar, é necessário ter em conta as influências culturais a que as amostras em estudo estão sujeitas (e.g., o estudo de Dalal et al., 2012 é realizado em países do sul asiático), bem como o facto de os investigadores utilizarem diferentes pontos de corte ao nível dos grupos etários.

Em segundo lugar, é necessário considerar o nível de escolaridade dos participantes. A educação parece assumir um papel central sobre as atitudes. Níveis de escolaridade mais elevados estão associados a menos atitudes de aceitação/justificação da VPI (Simon et al., 2001), à capacidade de reconhecer mais facilmente eventos violentos (Chamberland & Laport, 2010) e a uma maior probabilidade de intervir (seja qual for o tipo de intervenção) (Gracia et al., 2009). Os participantes mais jovens, exatamente devido à sua idade, estão menos expostos aos efeitos da educação (Flood & Pease, 2009).

Quanto ao estado civil, de acordo com Simon e Colaboradores (2001), indivíduos solteiros parecem ter uma maior probabilidade de aceitar a VPI (tanto contra o homem como contra a mulher) do que os casados ou em união de facto. Apesar disso, Gracia e Colaboradores (2009) não encontraram diferenças estatisticamente significativas, ao nível da intenção de agir entre solteiros e casados.

No que ao tipo de violência diz respeito (física vs psicológica) sabe-se que a violência física é reconhecida mais facilmente como um comportamento violento (Chamberland e Laport, 2010), é considerada menos aceitável (Capezza & Arriaga, 2008), mais grave, mais abusiva e uma maior violação dos direitos humanos (Langhinrichsen-Rohling, Shilien-Dellinger, Huss & Kramer, 2004). O que torna menos provável a denúncia de situações de violência psicológica, do que de violência física. Tanto por parte das vítimas como da população em geral (Arriaga & Capezza 2011).

Importa ainda referir que no campo da violência psicológica algumas ações são consideradas mais graves do que outras. De acordo com Chamberland e Laport (2010), os comportamentos de dominação (ameaçar, chantagear) são encarados com maior gravidade do que o abuso emocional (insultar, depreciar).

Alguns autores têm também estudado a relação entre a probabilidade de intervir e a experiência anterior de violência. Ter passado por uma situação de vitimização parece estar associado a uma maior propensão para intervir. Nestes casos pode haver uma maior resposta empática, sendo a ajuda motivada pela preocupação e desejo de reduzir o sofrimento da vítima com a qual o ajudante informal se identifica. Devido à sua experiência, indivíduos que já foram vítimas de VPI podem também reconhecer as situações como mais severas e estar mais aptos a identificar e intervir nas mesmas (Beeble et al., 2008; Nabi & Horner, 2001; Woods et al., 2016).

Para além da experiência de vitimização, Woods e Colaboradores (2016) encontraram evidências de que, no caso da violência física contra a mulher, o historial de violência como perpetrador se associava a uma maior probabilidade de intervir. De

acordo com os autores, estes resultados podem também ter por base uma reação empática. O perpetrador pode ter sofrido consequências adversas e, perante uma situação de VPI, ser movido pela intenção de evitar que o outro agressor sofra iguais consequências. O facto de já ter passado por situações semelhantes pode também conduzir a que esteja mais apto para determinar se a violência é severa ao ponto de necessitar de intervenção.

De certa forma estes resultados foram surpreendentes, uma vez que a exposição à violência (como vítima ou perpetrador/ora), independentemente da direção da violência, tem vindo a ser associada a uma maior tendência para tolerar e aceitar a VPI (Robertson & Murachver, 2009; Simon et al., 2001). E como tem vindo a ser referido, atitudes de aceitação estão associadas a atitudes negativas face à probabilidade de intervir (Gracia & Herrero, 2006).

Segundo Chamberland e Laport (2010) o cerne da questão está na durabilidade da situação de violência. De acordo com estes autores, apesar de os indivíduos que experienciaram VPI na sua vida reconhecerem este tipo de evento de forma mais rápida, a exposição à violência de forma crónica ou prolongada pode ter o efeito inverso, uma vez que conduz a uma maior tolerância e aceitação da mesma.

2.1.3. Atribuição de culpa

De acordo com Teoria da Atribuição de Heider (1944 como citado em Ferreira, Garcia-Marques, Garrido & Jerónimo, 2013), no seu quotidiano, o ser humano comporta-se como um cientista, procurando obter significados e conhecer as causas dos acontecimentos. Essas causas podem ser pessoais (e.g., disposição ou características da pessoa) ou situacionais.

Alguns estudos têm procurado compreender a quem (ou ao quê) é que os ajudantes informais atribuem a causa da VPI (à vítima, ao agressor, à sociedade ou a fatores contextuais), assim como a influência dessa atribuição na intenção de ajudar e no tipo de ajuda (e.g., Bryant & Spenser, 2003; Fakunmoj et al., 2015; Pavlou & Knowles, 2001; West & Wandrei, 2002; Worden & Carlson, 2005).

Worden e Carlson (2005) inquiriram 1200 sujeitos, em Nova Iorque, sobre as causas da VPI contra a mulher. As explicações mais comuns foram os problemas financeiros (37%), o abuso de substâncias por parte do agressor (30%) e os sentimentos de raiva e perda de controlo do agressor (28%). Resultados que espelham o estereótipo do perpetrador, um homem pressionado financeiramente, com problemas relacionados com álcool e que não consegue controlar os impulsos

violentos. Surgiram também crenças relacionadas com fatores familiares, como problemas relacionais (20%) e de comunicação (18%). Embora os participantes não tenham atribuído a culpa à vítima nas perguntas de resposta aberta, quando perguntado diretamente, 45,9% concordaram que algumas das situações de VPI são causadas pela forma como a mulher trata o homem e 68,3% concordaram que é a mulher que inicia a violência. Resultados semelhantes foram encontrados por Nabors, Dietz e Jasinski (2006).

Num Eurobarómetro da Comissão Europeia “Domestic violence against women report” (2010) o abuso de álcool (95%) e drogas (92%) por parte do agressor foram também consideradas pelos participantes as causas mais proeminentes da VPI. Seguidas pela pobreza e exclusão social (77%) e pelo desemprego (75%). Relativamente ao abuso de álcool e drogas não se registaram diferenças sociodemográficas. Já o desemprego e a pobreza e exclusão social foram mais mencionados por participantes mais velhos (40-54 anos) e mulheres. No caso específico de Portugal os participantes consideram que as principais causas da VPI são: o alcoolismo (94%); o abuso de drogas (94%); o desemprego (83%); a pobreza e exclusão social (80%) e os meios de comunicação (39%).

Noutro Eurobarómetro mais recente “Gender-based violence” (2016) quase um em cada cinco participantes europeus (17%) concordou que a VPI contra a mulher é muitas vezes provocada pela vítima. Em Portugal esse número fica nos 11%.

A culpabilização da vítima tem assumido um lugar de destaque nas investigações, uma vez que parece ter um papel importante na decisão de intervir dos ajudantes informais (Gracia e Tomás, 2014). De acordo com Lerner (1980 como citado em Manusov & Spitzberg, 2008), as pessoas tendem a acreditar num mundo justo em que cada um obtém aquilo que merece, as pessoas boas são recompensadas e as más punidas (Hipótese do Mundo Justo). É uma visão negativa, que culpa a vítima e lhe atribui a responsabilidade pela situação em que se encontra. Quando as vítimas são consideradas culpadas, é provável que a responsabilidade para resolver a situação seja colocada si (Taylor & Sorenson, 2005), em sentido contrário, o sentimento de responsabilidade pessoal do espectador diminui, diminuindo a probabilidade de ajuda (Gracia, 2004; Gracia & Herrero, 2006). Como se referiu anteriormente, a responsabilidade pessoal parece ser uma pré-condição importante na decisão de intervir (Darley & Latané, 1968).

Atribuir a culpa à vítima correlaciona-se também com maiores níveis de aceitação da VPI (Preece, 2008). O facto de os ajudantes informais culpabilizarem a

vítima pode conduzir a que, em determinadas situações, a violência seja considerada justificável ou tolerável (e.g., porque a vítima provocou) (West & Wandrei, 2002). Como tem vindo a ser referido, níveis elevados de tolerância estão associados a atitudes negativas em relação à intenção de reportar a situação às autoridades (Gracia & Herrero, 2006).

As vítimas são julgadas de forma mais severa e é lhes atribuída maior culpa quando o seu comportamento é percecionado como provocador (e.g., iniciar uma discussão; adultério) (e.g., Choi & Edleson, 1996; Harris & Cook, 1994; Pavlow & Knowles, 2001; Taylor & Sorenson, 2005). Nestes casos a atribuição de culpa ao agressor é menor (Harris & Cook, 1994), assim como a simpatia dos ajudantes informais pela vítima (Pavlow & Knowls, 2001).

É também atribuída maior culpa a mulheres que já tenham sido vítimas de VPI num relacionamento anterior, seja por tolerarem ou por não impedirem a situação (Wandrei & Rupert, 2000 como citado em Taylor & Sorenson, 2005). Algumas pessoas acreditam ainda que a vítima é masoquista ou emocionalmente perturbada, não apenas por tolerar mas por gostar de ser batida (Ewing & Aubrey, 1987; Worden & Carlson, 2005). Em Worden e Carlson (2005) 23% dos participantes concordaram que a mulher é agredida porque secretamente o deseja; 63% concordaram que a mulher merece ser agredida e 61,1% acreditam que a mulher pode sair da relação se realmente o desejar. Resultados semelhantes foram encontrados por Nabors e Colaboradores (2006).

A atribuição de culpa às vítimas tem repercussões ao nível da intenção comportamental dos ajudantes informais. Atitudes de culpabilização correlacionam-se negativamente com a probabilidade de ajudar (Garcia & Herrera, 2006; Pavlow & Knowles, 2001; Taylor & Sorenson, 2005).

Estudos nesta área têm procurado compreender o papel das variáveis sociodemográficas no tipo de atribuição de culpa. O género do observador é uma das variáveis mais estudadas. Alguns investigadores encontraram diferenças de género ao nível das atitudes de culpabilização das vítimas (e.g., Bryant & Spencer, 2003; Fakunmoju et al., 2015; Nayak, Byrne, Martin & Abraham, 2003; Worden & Carlson, 2005). No entanto, noutros estudos não foram encontradas diferenças significativas (e.g., Delgado & Bond, 1993; Gracia & Tomás, 2014).

Entre os estudos que encontraram diferenças verificou-se que, no caso da VPI contra a mulher, as mulheres tendem a culpar mais o agressor, enquanto os homens atribuem maior culpa à vítima (e.g., Fakunmoju et al., 2015; Taylor & Sorenson, 2005;

Valor-Segura, Expósito & Moya, 2011), demonstram menos simpatia pela mesma (Bryant & Spencer, 2003) e associam menos a VPI a características da personalidade do agressor (e.g., dificuldades em controlar a raiva e os impulsos violentos) (Worden & Carlson, 2005).

Estes resultados vão de encontro à Hipótese da Atribuição Defensiva de Shaver (1970 como citado em Fakunmoju et al., 2015), segundo a qual a atribuição de culpa varia de acordo com a perceção de similaridade do espectador com a vítima. Os indivíduos atribuem menos culpa à vítima quando se identificam com ela. Assim, no caso da VPI contra a mulher, seria espectável que os homens atribuíssem maior culpa à vítima e a mulher ao agressor (tal como se verificou).

Quando se analisa a direção da VPI (homem contra a mulher vs mulher contra o homem) verifica-se que, no geral, é atribuída maior culpa ao homem vítima do que à mulher vítima (Harris & Cook, 1994; Taylor & Sorenson, 2005). Assim como é atribuída maior culpa ao homem agressor do que à mulher agressora (Harris & Cook, 1994). Portanto, as apreciações são sempre menos simpáticas para o homem.

Para além do género têm sido estudadas outras variáveis sociodemográficas. Ao nível das habilitações literárias constata-se que, à medida que o nível de habilitações aumenta, a probabilidade de culpabilizar a vítima diminui (Delgado & Bond, 1993; Gracia & Tomás, 2014). Sujeitos com mais habilitações apresentam uma maior probabilidade de atribuir a VPI contra a mulher à personalidade do agressor (e.g., falta de controlo, história familiar de violência) (Worden & Carlson, 2005).

No que à idade diz respeito, os resultados são contraditórios. Alguns estudos referem que são as pessoas mais velhas que atribuem maior culpa à vítima (e.g., Adams-Price, Dalton & Sumrall, 2004; Beeble, 2008; Gracia & Tomás, 2014). Já Delgado e Bond (1993) constataram que são aqueles acima dos 30 anos que mais culpabilizam a vítima. Enquanto Fakunmoju e Colaboradores (2015) concluíram que ser mais jovem estava associado a maiores atitudes de culpabilização da vítima.

Quanto ao estado civil, Gracia e Tomás (2014) não encontraram uma correlação entre esta variável e atitudes de culpabilização da vítima.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 3 - Objetivos e questões de investigação

A presente dissertação comporta dois estudos, ambos com os mesmos objetivos e questões de investigação. No entanto, manipulou-se a direção da violência. No *Estudo 1 – Vitimização Feminina* a VPI é cometida pelo homem contra a mulher. O *Estudo 2 – Vitimização Masculina* é uma replicação do anterior, no entanto, neste estudo a situação inverte-se, a VPI passa a ser cometida pela mulher contra o homem.

O objetivo geral de ambos os estudos foi o de analisar a intenção de agir dos ajudantes informais em situações de VPI. Mais especificamente pretendeu-se compreender se variáveis como a percepção de severidade da situação de violência; o sentimento de responsabilidade pessoal para agir e o tipo de atribuição de culpa (à vítima, ao/à agressor/a ou à situação) influenciam a intenção de agir do participante (que neste caso é colocado no papel de ajudante informal).

Para além disto procurou-se ainda perceber se a escolha pelos diferentes tipos de comportamentos de ajuda (falar com a vítima; falar com o agressor; ligar para a polícia em anónimo; ligar para a polícia identificando-se; intervir diretamente na situação) difere de acordo com as características sociodemográficas dos participantes (género, idade, estado civil e habilitações literárias), com a experiência anterior de violência (como observador ou como vítima/agressor/a) e com o tipo de violência (física, psicológica-emocional e psicológica-dominação).

Por último pretendeu-se retirar algumas relações comparativas sobre a intenção de agir de acordo com o alvo da VPI.

Questões de Investigação (para o Estudo 1 e 2)

1. A intenção de agir (mediante quatro cursos de ação: denúncia anónima; denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar o/a agressor/a) é influenciada pelas seguintes variáveis: percepção de severidade da situação de VPI, sentimento de responsabilidade pessoal para agir (quando a vítima é familiar, vizinha/o ou uma pessoa desconhecida) e tipo de atribuição de culpa da situação (à vítima, ao/à agressor/a, a situações de vida)?

2. Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal: género, idade, estado civil e escolaridade?
3. Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com a experiência anterior de violência doméstica do ajudante informal: experiência como observador e experiência como vítima e/ou agressor/a?
4. Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com o tipo de violência: física, psicológica-emocional e psicológica-dominação?

Capítulo 4 – Estudo 1: Vitimização feminina

4.1. Metodologia

Como referido na secção anterior, o Estudo 1 e o Estudo 2 não são mais do que uma replicação um do outro. Pelo que todos os procedimentos metodológicos e análises de dados foram iguais em ambos. Como tal, por uma questão de organização e clareza, alguns procedimentos foram descritos conjuntamente.

Ambos os estudos utilizam uma abordagem quantitativa, recorrendo a metodologias correlacionais e comparativas-diferenciais (Almeida & Freire, 2003).

4.1.1. Participantes

A amostra em estudo é composta por 322 participantes (N = 322), dos quais 37.9% (N = 122) são do género masculino e 62.1% (N = 200) são do género feminino. Os participantes possuem idades compreendidas entre os 18 e 65 anos, sendo a média de idades de 34.8 anos. Para o estudo em questão os sujeitos foram distribuídos por três grupos de acordo com a sua faixa etária: 32.6% dos participantes encontram-se na faixa etária dos 18-25 anos; 41% na faixa dos 26-45 anos e 26.1% na faixa 46-65 anos.

Quanto ao estado civil a amostra é essencialmente constituída por indivíduos solteiros (50.9%, N = 164) e casados/união de facto (42.9%, N = 138). Enquanto os participantes divorciados e viúvos representam apenas uma pequena parte da amostra, 5.6% (N = 18) e 0.6% (N = 2) respetivamente.

Relativamente à escolaridade os participantes possuem maioritariamente um nível médio/alto de habilitações. Mais concretamente, 65.8% (N = 212) dos sujeitos possuem um nível médio de escolaridade (3º ciclo ou ensino secundário) e 27.6% (N = 89) possuem um nível alto (> licenciatura), ao passo que apenas 6.5% (N = 21) apresentam um nível de escolaridade considerado baixo (1º ou 2º ciclo);

Geograficamente 89% da amostra encontra-se distribuída pela zona de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, sendo Évora o distrito com maior representação com 35.1% (N = 113) dos participantes a residirem nesta zona, seguida por Santarém 18% (N = 58); Setúbal 12,7% (N = 41); Lisboa 10,2% (N = 33); Portalegre 8,1% (N = 26) e Beja 5,3% (N = 17). Destaca-se ainda o facto de dois participantes serem portugueses emigrantes a residirem em Tulle (França) e Londres (Reino Unido).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica da amostra

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Média (DP)</i>
Género	322	100	
Masculino	122	37.9	
Feminino	200	62.1	
Idade	321	99.7	34,8 (12,40)
[18-25]	105	32.6	
[26-45]	132	41.0	
[46-65]	84	26.1	
Estado civil	322	100	
Solteiro/a	164	50.9	
Casado/a ou em união de facto	138	42.9	
Divorciado/a	18	5.6	
Viúvo/a	2	0.6	
Escolaridade	322	100	
Baixa (1º/2º Ciclo)	21	6,5	
Média (3ª ciclo/secundário)	212	65.8	
Alta escolaridade (≥ Licenciatura)	89	27,6	

Quanto à experiência anterior de violência, 48.4% dos participantes afirmaram já ter experienciado uma situação de violência doméstica como “observadores”, enquanto 14% afirmaram já ter estado envolvidos numa situação de VPI como “vítimas e/ou agressores/as”.

Tabela 2

Experiência anterior de violência doméstica

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Experiência anterior como observador/a	322	100
Sim	156	48.4
Não	166	51.6
Experiência anterior como vítima e/ou agressor/a	322	100
Sim	45	14.0
Não	277	86.0

4.1.2. Instrumentos

O instrumento utilizado foi desenvolvido propositadamente para o estudo em questão. Embora não se tenha atribuído uma designação ao mesmo, o estudo foi apresentado aos participantes com a denominação “Estudo de Relações Interpessoais”. Importa ainda ressaltar que esta dissertação se insere num projeto de investigação mais amplo, pelo que determinados itens do instrumento utilizado não foram analisados neste estudo.

O instrumento é composto por um conjunto de quatro cenários hipotéticos que retratam situações de VPI em casais heterossexuais (violência física; psicológica-emocional e psicológica-dominação). Os quais foram formulados a partir dos trabalhos de Turgeon e Chamberland (1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010) e Gracia e Colaboradores (2008). Estes quatro cenários deram origem a duas versões do mesmo instrumento. No *Estudo 1 – Vitimização Feminina* utilizou-se uma versão em que o homem é sempre o agressor e a mulher a vítima [Anexo A]. No *Estudo 2 – Vitimização Masculina* inverteu-se a situação, tendo-se utilizado uma segunda versão em que a mulher passa a ser sempre a agressora e o homem a vítima [Anexo B]. Reforça-se a ideia de que os cenários utilizados são os mesmos em ambas as versões, no entanto, manipulou-se o género dos intervenientes (veja-se tabela 3).

Tabela 3

Cenários hipotéticos Estudo 1 e Estudo 2

<i>Tipo de Violência</i>	<i>Estudo 1 - Vitimização Feminina</i>	<i>Estudo 2 - Vitimização Masculina</i>
Física	Francisco agride Vera dando-lhe uma bofetada.	Vera agride Luís dando-lhe uma bofetada.
	Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro).	Maria e Rui discutem e Maria arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro).
Psicológica – emocional	Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burra e inútil.	Margarida e Francisco discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil.
Psicológica – dominação	Carlos ameaça e chantageia Maria.	Ana ameaça e chantageia Carlos

A cada um destes cenários seguiu-se um conjunto de 12 itens (veja-se tabela 4) que visam questionar o sujeito quando à percepção de severidade, sentimento de responsabilidade pessoal para agir, atribuição de culpa e intenção comportamental face à situação descrita. Os itens são iguais em ambas as versões e foram formulados a partir dos trabalhos de diversos autores (Chabot et al., 2009; Gracia et al., 2008; Gracia & Tomás, 2014; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010; Valor-Segura et al., 2011).

Tabela 4

Conjunto de questões aplicado para cada cenário hipotético de VPI em ambos os estudos

<i>Dimensão avaliada</i>	<i>Item</i>
Responsabilidade Pessoal	1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?
	2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?
	3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?
Percepção de Severidade	4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?
Atribuição de Culpa	5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?
	6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do/da agressor/a?
	7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)?
Intenção Comportamental	8. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?
	9. Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?
	10. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?
	11. Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o/a agressor/a?
	12. Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?

Nota: No instrumento original os termo vítima e agressor/a são substituídos por nomes;

Escala de resposta: *nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 muito*

A *Percepção de Severidade* foi avaliada, para cada cenário, mediante uma única questão: “Até que ponto esta situação lhe parece grave?” À qual o sujeito deveria responder através de uma escala diferencial semântica de 10 pontos com os polos *nada - muito*. Esta questão foi adaptada a partir dos trabalhos de Gracia e Colaboradores (2008) e de Valor-Segura e Colaboradores (2011).

O *Sentimento de Responsabilidade Pessoal* foi avaliado, para cada cenário, mediante três questões que manipulam o grau de proximidade à vítima. Mais concretamente questionam até que ponto é que a pessoa se sentiria responsável por intervir se a vítima fosse sua familiar, sua vizinha ou uma pessoa desconhecida. Cada questão deveria ser respondida através de uma escala diferencial semântica de 10 pontos com os polos *nada - muito*. Também estas três questões foram formuladas a partir de uma das Escalas de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008), a Escala de Responsabilidade. No entanto, os autores apenas questionam o sujeito quanto à responsabilidade sentida para fazer algo, enquanto aqui se optou por manipular o grau de proximidade à vítima.

A *Atribuição de Culpa* foi também avaliada, para cada cenário, mediante três questões que perguntam diretamente ao inquirido de quem acha ser a culpa da situação descrita. De acordo com a revisão de literatura expressa no enquadramento teórico, a culpa pode ser atribuída à vítima, ao agressor/a, à sociedade ou a fatores contextuais. Desta forma optou-se por formular três questões: uma das questões atribui a culpa ao agressor, outra à vítima e outra a situações de vida (e.g., desemprego). Cada questão deveria ser respondida através de uma escala diferencial semântica de 10 pontos com os polos *nada - muito*. Os itens foram formulados tendo por base os trabalhos de Gracia e Tomás (2014) e Valor-Segura e Colaboradores (2011).

Por fim, a *Intenção Comportamental* foi avaliada através de cinco questões que interrogam os participantes quanto à probabilidade de intervirem mediante cinco cursos de ação possíveis: fazer uma denúncia anónima, fazer uma denúncia identificada, falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar o/a agressor/a e intervir diretamente na situação (este último curso de ação não foi analisado, uma vez que se considerou que o item não foi corretamente formulado e apresenta ambiguidade). Os sujeitos deveriam indicar, para cada cenário, a probabilidade de realizarem cada curso de ação. Para tal, deveriam utilizar uma escala diferencial semântica de 10 pontos com os polos *nada - muito*. Estes itens foram formulados a partir dos trabalhos de Chabot e Colaboradores (2009).

Para além dos quatro cenários hipotéticos e respetivas questões, ambas as versões albergam ainda um conjunto de perguntas de resposta aberta. Nestas perguntas é solicitado aos participantes que indiquem duas características físicas e duas psicológicas que associam a uma homem agressor/vítima e a uma mulher agressora/vítima. Todavia, estas perguntas não foram analisadas na presente dissertação.

As duas versões do instrumento terminam com um Questionário Sociodemográfico desenvolvido para este estudo. O questionário é composto por dez itens e visa recolher informações sobre: idade, género, estado civil; habilitações literárias; naturalidade e residência. Além destas variáveis questionou-se o participante quanto à possibilidade de já ter observado ou experienciado alguma situação de violência doméstica (como vítima e/ou agressor). Neste campo optou-se pela utilização do termo “violência doméstica” uma vez que é a designação mais comum entre a população.

4.1.3. Procedimento de construção do instrumento

A utilização de cenários hipotéticos que retratam situações de VPI, seguidos por questões diretivas de acordo com o que se pretende avaliar (e.g., percepção de severidade: Quão sério considera que é o episódio descrito?), é um procedimento bastante comum entre os investigadores que estudam esta temática (e.g., Chabot et al., 2009; Gracia et al., 2008, 2009; Gracia & Tomás, 2014; Valor-Segura et al., 2011). Pelo que se optou por seguir esta metodologia na presente dissertação.

Para tal, num primeiro momento, procedeu-se à adaptação dos cenários hipotéticos criados por outros investigadores (Gracia et al., 2008; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010). Esta adaptação partiu essencialmente da necessidade de que, o mesmo cenário pudesse retratar tanto uma situação VPI cometida pelo homem contra a mulher, como uma situação de VPI cometida pela mulher contra o homem.

Tendo por base a literatura explanada no enquadramento teórico, definiram-se então quatro cenários hipotéticos (dois de violência física, um de violência psicológica-emocional e outro de violência psicológica-dominação), sendo que para cada cenário existem duas versões: uma em que violência é cometida pelo homem contra a mulher e outra em que é cometida pela mulher contra o homem (veja-se tabela 3).

Alguns autores utilizam termos como homem/mulher, companheiro/companheira e marido/esposa para se referirem ao agressor e à vítima

nos cenários criados (e.g., Gracia et al., 2008; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010), outros utilizam nomes próprios (e.g., Davis, 2013; Langhinrichsen-Rohling, et al. 2004). Nesta investigação optou-se pelo uso de nomes próprios pois, uma vez que se refere a relações entre parceiros íntimos, não faria sentido utilizarem-se termos restritos como marido e esposa. A opção pelos nomes prendeu-se também com a tentativa de atribuir uma dimensão mais realista e humana aos cenários.

Para a escolha dos nomes solicitou-se a três pessoas de faixas etárias diferentes (23 anos, 35 anos e 55 anos) que listassem, de forma independente, 20 nomes próprios masculinos e 20 nomes próprios femininos que considerassem ser os mais usuais em Portugal. Posteriormente selecionaram-se de forma imediata os nomes que foram indicados por três ou dois dos participantes. A escolha dos restantes foi discutida entre todos os elementos, tendo culminado num total de 25 nomes próprios (13 femininos e 12 masculinos).

Durante este processo verificou-se que, do ponto de vista do senso comum, alguns nomes próprios podem ser facilmente associados a determinadas características sociodemográficas, como a idade e o nível de escolaridade (e.g., Alzira é um nome que se associa facilmente a uma pessoa mais velha enquanto Lara relembra uma pessoa mais nova). Pelo que se considerou pertinente selecionar apenas nomes mais heterógenos, isto é, que pudessem ser associados a uma pessoa de qualquer faixa etária e com qualquer nível de escolaridade. Com isto pretendeu-se minimizar o efeito dos nomes, mais concretamente dos estereótipos associados aos mesmos, nas respostas dos participantes.

A listagem dos 25 nomes foi então distribuída a uma amostra de 49 sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos e com diferentes habilitações literárias. Para cada nome da lista pediu-se aos participantes que indicasse as características (etárias e literárias) que mais rapidamente associavam a uma pessoa com aquele nome. Para esta finalidade utilizaram-se duas escalas diferenciais semânticas de oito pontos com os seguintes polos: jovem-idoso; quarto ano-mestrado [Anexo D]. Uma vez recolhidos os dados procedeu-se a uma análise estatística de frequências [Anexo E]. Desta forma foi possível selecionar os nomes que apresentavam uma distribuição mais heterogénea face às características pretendidas (idade e escolaridade), nomeadamente: Ana, Margarida, Maria, Vera, Carlos, Francisco, Luís e Rui.

De seguida procedeu-se à formulação das 12 questões que visam interrogar os sujeitos quanto à perceção de severidade; sentimento de responsabilidade pessoal para agir; atribuição de culpa e intenção comportamental face às situações descritas. Estes itens foram formulados a partir dos trabalhos de diversos investigadores (Chabot et al., 2009; Gracia et al., 2008; Gracia & Tomás, 2014; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010; Valor-Segura et al., 2011). Em anexo é possível consultar os itens e as bases teóricas que sustentam a sua construção [Anexo F]. Para cada um dos oito cenários (quatro em que a vítima é a mulher e quatro em que a vítima é o homem) aplicou-se então este conjunto de 12 questões, às quais os participantes deveriam responder através de escalas de diferenciais semânticas de 10 pontos com os polos *nada – muito*.

Construiu-se ainda um grupo de questões de resposta aberta com o intuito de avaliar os estereótipos associados à mulher vítima/agressora e ao homem vítima/agressor. Para tal perguntou-se aos sujeitos quais as características físicas e psicológicas que associavam: a uma mulher que é vítima de violência por parte do parceiro; a uma mulher que é agressora; a um homem que é vítima de violência por parte da parceira e a um homem que é agressor. Para cada situação os participantes deveriam indicar três características físicas e três psicológicas.

Por fim desenvolveu-se um questionário sociodemográfico que permite aceder a informações como a idade, género, estado civil, habilitações literárias e experiência anterior de violência (observada e vivida).

Finalizado o processo de construção, o instrumento foi introduzido no Qualtrics, uma ferramenta online que possibilita criar questionários, distribuí-los através de um link, controlar as respostas recebidas e tratar os dados (Machado, 2011). Num primeiro momento optou-se por albergar os oito cenários (as duas versões de cada um) no mesmo instrumento, sendo que a opção pelo formato digital foi tomada pela facilidade dos procedimentos de aleatorização. Ao aleatorizar a ordem de apresentação dos cenários e das questões procurou-se minimizar o efeito de aprendizagem e de desejabilidade social.

Após esta fase realizou-se um pré-teste (N=10, com idades compreendidas entre os 22 e 60 anos e diferentes habilitações literárias) no qual foi possível detetar alguns problemas. Verificou-se que o tempo de resposta era demasiado longo, dada a extensão do instrumento. O que acabava por provocar sintomas de fadiga e o uso de respostas padrão. Para além disso, os sujeitos referiram lembrar-se perfeitamente das duas versões do mesmo cenário, aumentando o efeito de aprendizagem e os níveis de

desejabilidade social. Alguns dos participantes referiram mesmo a tentativa de responder às duas versões em consonância. Relativamente às perguntas de resposta aberta a principal crítica foi o número elevado de características pedidas para cada situação.

Posto isto optou-se por dividir o instrumento em duas versões e por se trabalhar com dois estudos e duas amostras distintas. A amostra do *Estudo 1 – Vitimização Feminina* respondeu à versão do instrumento onde são apresentados os quatro cenários de VPI perpetrada pelo homem contra a mulher. A amostra do *Estudo 2 – Vitimização Masculina* respondeu a uma segunda versão onde são apresentados os mesmos quatro cenários mas com a VPI a ser perpetrada pela mulher sobre o homem. Não obstante esta opção manteve-se a aleatorização dos cenários e das 12 questões em ambas as versões.

Relativamente às perguntas de resposta aberta, também elas foram divididas pelas duas versões. No Estudo 1, que incide sobre a vitimização feminina, questionou-se o sujeito quanto às características (físicas e psicológicas) que associa a uma mulher que é vítima e a um homem que é agressor. No Estudo 2, que incide sobre a vitimização masculina, o sujeito foi questionado quanto às características que associa a um homem vítima e a uma mulher agressora. Para além disto reduziu-se também o número de características requeridas para cada interveniente (duas físicas e duas psicológicas). Relembra-se o facto de estas perguntas não serem analisadas na presente dissertação.

Cada versão termina com o respetivo questionário sociodemográfico.

As duas versões foram então introduzidas separadamente no Qualtrics e dois links independentes foram gerados, um para aceder a cada uma delas.

4.1.4. Procedimento de recolha dos dados

A amostra foi coletada ao longo do ano letivo 2015/2016 através de procedimentos de amostragem não probabilísticos de conveniência e efeito bola de neve (Almeida & Freire, 2003).

Num primeiro momento recorreu-se aos alunos de Licenciatura e Mestrado em Psicologia da Universidade de Évora, sendo as diferentes versões do instrumento distribuídas pelas turmas participantes. Solicitou-se aos alunos que participassem eles próprios no estudo e que pedissem a mais três ou cinco pessoas (conforme a dimensão da turma) para participarem. Uma vez que a participação no estudo foi requerida no âmbito de uma disciplina (Psicologia Social, Psicologia Social de Grupos

ou Dinâmica de Grupos), em troca os alunos receberam uma compensação na nota final

Terminada a primeira fase de recolha de dados procedeu-se à caracterização sociodemográfica das duas amostras. Esta análise permitiu concluir aquilo que já se previa, que ambas se encontravam bastante desequilibradas. A grande maioria dos indivíduos que participaram no estudo até este momento era do género feminino, com idades compreendidas entre os 18 e 29 anos e com habilitações ao nível do ensino superior. Por este motivo, num segundo momento, o objetivo passou por equilibrar as amostras em relação às características: género, idade e habilitações literárias. Tornando-as o mais equilibradas e representativas da população possível.

Para tal continuou a recorrer-se ao método de conveniência e bola de neve, procurando na população indivíduos com as características pretendidas: idade superior a 30 anos e em particular indivíduos do género masculino.

Ao acederem ao estudo, através do devido link, todos os participantes foram informados sobre o âmbito do mesmo. Foi salvaguardada a confidencialidade dos dados e o seu uso para efeitos meramente académicos, bem como o carácter voluntário da sua participação e a possibilidade de abandonarem o estudo a qualquer momento. Ao prosseguirem para a página seguinte os participantes aceitaram participar no estudo.

4.1.5. Procedimento de análise dos dados

Terminada a fase de recolha de dados, procedeu-se à eliminação dos sujeitos que não possuíam os requisitos para participarem no estudo (idade entre os 18 e 65 anos inclusive), ou que não haviam preenchido devidamente todos os campos do instrumento de recolha de dados.

O procedimento de análise de dados adotado no Estudo 1 e no Estudo 2 é exatamente o mesmo.

De forma a responder à primeira questão de investigação calculou-se um modelo de regressão múltipla para cada uma das quatro variáveis dependentes em estudo: realizar uma denúncia anónima; realizar uma denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar o/a agressor/a. Como variáveis explicativas considerou-se o seguinte bloco: perceção de severidade; responsabilidade pessoal quando a vítima é familiar; responsabilidade pessoal quando a vítima é um/uma vizinho/a; responsabilidade pessoal quando a vítima é uma pessoa desconhecida; atribuição de culpa à vítima; atribuição de culpa ao/à agressor/a. Não se incluiu a

variável “atribuição de culpa a situações de vida” em nenhum modelo, uma vez que numa análise preliminar a mesma não se mostrou correlacionada com os comportamentos de ajuda (em ambos os estudos).

Após o cálculo dos modelos verificou-se que todos os pressupostos de validação dos mesmos estavam garantidos. Com recurso à análise gráfica foi possível constatar, para todos os modelos (Estudo 1 e 2), que a associação entre as variáveis era linear e que os resíduos possuíam média nula e variância constante. A normalidade dos resíduos foi examinada através do teste Kolmogorov-Smirnov Z. Com valores de $p > .01$ em todos os modelos, não se rejeitou a existência de normalidade. Para analisar a independência dos resíduos recorreu-se ao teste Durbin-Watson. Todos os valores do teste Durbin-Watson se situaram no intervalo $[d_U, 4 - d_U]$, pelo que não se rejeitou a independência dos resíduos nos vários modelos (para $n = 200$ e $p = 5$, $d_L = 1.72$ e $d_U = 1.88$; $[d_U, 4 - d_U] = [1.82, 2.18]$). Por fim, os *variance inflation factors* (VFI) e os valores de tolerância indicam a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes. No entanto, os valores próprios (*eigenvalues*) e os *condition index* indicam um possível problema de multicolinearidade essencial que não foi corrigido (Marôco, 2014).

Para responder às restantes questões de investigação recorreu-se a análises comparativas diferenciais. Num primeiro momento verificou-se se estavam reunidos os pressupostos de normalidade e homogeneidade para a utilização de métodos paramétricos. O teste de Levene permitiu corroborar, tanto no Estudo 1 como no Estudo 2, a hipótese da homogeneidade de variâncias. No entanto, o teste de Kolmogorov-Smirnov indicou que as variáveis, em ambos os estudos, não possuíam uma distribuição normal (Marôco, 2014).

Apesar de tudo a escolha recaiu sobre utilização dos métodos paramétricos, uma vez que estes são robustos à violação dos pressupostos, principalmente em amostras de dimensão considerável (Maroco, 2014, p.333). Para além desta explicação, Afonso e Nunes (2010, p.188) argumentam: “Se as populações não forem normais, mas as amostras forem de grande dimensão então, por uma extensão do Teorema Moivre-Laplace, a expressão anterior segue aproximadamente uma $N(0-1)$ ”. Ou seja, amostras de maiores dimensões tendem a aproximar-se da normalidade.

Posto isto recorreu-se então a ANOVAS de medições repetidas a um fator e ao teste de Comparações Múltiplas de Bonferroni quando assim se justificou.

4.2. Resultados

4.2.1. Análise de regressão

1ª Questão de investigação: *A intenção de agir (mediante quatro cursos de ação: denúncia anónima; denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar o agressor) é influenciada pelas seguintes variáveis: percepção de severidade da situação de VPI, sentimento de responsabilidade pessoal para agir (quando a vítima é familiar, vizinha ou uma pessoa desconhecida) e tipo de atribuição de culpa da situação (à vítima e ao agressor)?*

Para responder à 1ª questão de investigação calcularam-se modelos de regressão linear múltipla para a variável dependente “intenção de agir” e o seguinte bloco de variáveis independentes: “percepção de severidade”, “responsabilidade pessoal” (quando a vítima é familiar, vizinha e desconhecida) e “atribuição de culpa” (à vítima e ao agressor).

Tabela 5

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia anónima”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>P</i>	<i>df</i>	<i>F</i>
				6	47.26*
(Constante)	-3.994				
Percepção de severidade	.397	.247	.00*		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.038	.024	.67		
Responsabilidade (vítima é vizinha)	.096	.105	.36		
Responsabilidade (vítima é desconhecida)	.468	.429	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.050	.034	.45		
Atribuição de culpa ao agressor	.015	.013	.81		

$R = .69$; $R^2 = .47$; $R^2_a = .46$; * $p < .01$

O modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 5 identifica as variáveis “percepção de severidade” ($\beta = .247$; $p < .01$) e “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($\beta = .429$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia anónima. O modelo é altamente significativo ($F = 47.26$; $p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .46$, pode-se afirmar que 46% da variabilidade da intenção de

realizar uma denúncia anónima é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, ficando por explicar 54% que se devem a outros fatores.

Tabela 6

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia identificada”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>p</i>	<i>df</i>	<i>F</i>
				6	109.48*
(Constante)	-3.961				
Perceção de severidade	.286	.180	.00*		
Responsabilidade (vítima é familiar)	-.168	-.107	.02**		
Responsabilidade (vítima é vizinha)	.280	.227	.00**		
Responsabilidade (vítima é desconhecida)	.613	.567	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.078	.054	.12		
Atribuição de culpa ao agressor	-.011	-.019	.82		

R = .82; R² = .68; R²_a = .67; *p < .01; **p < .05

O modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 6 identifica as variáveis “perceção de severidade” ($\beta = .180$; $p < .01$), “responsabilidade (vítima é familiar)” ($\beta = -.107$; $p < .05$), “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($\beta = .227$ $p < .01$) e “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($\beta = .567$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de realizar uma denúncia identificada. O modelo é altamente significativo ($F = 109.48$; $p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .67$, pode-se afirmar que 67% da variabilidade da intenção de realizar uma denúncia identificada é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, ficando por explicar 33% que se devem a outros fatores. O modelo explica uma percentagem elevada da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação.

Quando às respostas de aconselhamento, o modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 7 identifica as variáveis “responsabilidade (vítima é familiar)” ($\beta = .203$; $p < .01$), “responsabilidade (vítima é vizinha)” ($\beta = .263$ $p < .01$), “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($\beta = .211$; $p < .01$) e “atribuição de culpa ao agressor” ($\beta = .221$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de falar/aconselhar a vítima. A variável “perceção de severidade” é apenas marginalmente significativa” ($\beta = .092$; $p < .10$). O modelo é altamente significativo ($F = 89.06$; $p < .01$) e explica uma percentagem elevada da variabilidade da intenção de realizar este curso de ação. Sendo o valor de $R^2_a = .62$ pode-se afirmar que 62% da

variabilidade da intenção de falar/aconselhar a vítima é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, os restantes 38% devem-se a outros fatores não explicados.

Tabela 7

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar a vítima”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	β	<i>P</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	89.06*
(Constante)	-.034				
Perceção de severidade	.116	.092	.09**		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.254	.203	.00*		
Responsabilidade (vítima é vizinha)	.258	.263	.00*		
Responsabilidade (vítima é desconhecida)	.182	.211	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	-.016	-.014	.70		
Atribuição de culpa ao agressor	.205	.221	.00*		

R = .79; R² = .63; R²_a = .62; *p < .01; **p < .10

Tabela 8

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar o agressor”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	β	<i>p</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	19.44*
(Constante)	-3.881				
Perceção de severidade	.136	.084	.26		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.098	.061	.36		
Responsabilidade (vítima é vizinha)	.137	.109	.27		
Responsabilidade (vítima é desconhecida)	.243	.221	.01**		
Atribuição de culpa à vítima	.396	.270	.00*		
Atribuição de culpa ao agressor	.201	.169	.00*		

R = .52; R² = .27; R²_a = .26; *p < .01; **p < .05

Ainda relativamente às respostas de aconselhamento, o modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 8 identifica as variáveis “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($\beta = .221$; $p < .05$), “atribuição de culpa à vítima” ($\beta = .270$; $p < .01$) e “atribuição de culpa ao agressor” ($\beta = .169$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de falar/aconselhar o agressor. O modelo é altamente significativo ($F = 19.44$; $p < .01$). No entanto, explica uma baixa variabilidade da intenção de realizar este comportamento. Sendo o valor de $R^2_a = .26$, pode-se afirmar que apenas 26% da

variabilidade da intenção de falar/aconselhar o agressor é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, os restantes 74% devem-se a outros fatores não explicados. Logo, não podemos considerar que este modelo tenha um bom ajuste.

4.2.2. Análise comparativa: Características sociodemográficas e experiência anterior de violência

2ª Questão de investigação: *Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal: género, idade, estado civil e escolaridade?*

3ª Questão de investigação: *Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com a experiência anterior de violência doméstica do ajudante informal: experiência como observador e experiência como vítima e/ou agressor/a?*

Para responder a estas duas questões realizaram-se ANOVAS de medições repetidas. De seguida apenas se apresentam os resultados que indicam a existência de diferenças significativas entre os grupos considerados. Os restantes dados podem ser consultados em anexo [Anexo G].

Relativamente à “*intenção de realizar uma denúncia anónima*”, não se rejeita a hipótese da existência de diferenças significativas de acordo com o nível de escolaridade do participante ($F(2, 319) = 3.17, p < .05, \eta^2_p = .019, P = .605$). Os indivíduos com um baixo nível de escolaridade apresentam uma maior intenção de realizar uma denúncia anónima do que aqueles com um nível médio ($M = 7.55, M = 6.24, p < .05$) e alto ($M = 7.55, M = 6.22, p < .10$) (veja-se tabela 9 e 9.1).

Verifica-se ainda a existência de diferenças marginalmente significativas de acordo com a experiência anterior de VPI como observador ($F(1, 320) = 3.35, p < .10, \eta^2_p = .01, P = .45$). Em média, os sujeitos que afirmam já ter experienciado uma situação de VPI como observadores manifestam uma maior intenção de realizar uma denúncia anónima ($M = 6.56$) do que aqueles que não observaram qualquer situação ao longo da vida ($M = 6.09$) (veja-se tabela 9 e 9.1).

Tabela 9

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anônima”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	n^2_p	P*
Escolaridade	2	319	67.78	3.17	.04*	.02	.61
VPI Observada	1	320	72.20	3.35	.07**	.01	.45

* $p < .05$, ** $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste, valores arredondados.

Tabela 9.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia anônima”

Fator		N	Média
Escolaridade	Baixa (1º/2º ciclo)	21	7.55 ^a
	Média (3ª ciclo/secundário)	212	6.24 ^{b*}
	Alta (≥ Licenciatura)	89	6.22 ^{b**}
VPI Observada	Sim	156	6.56
	Não	166	6.09

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .05$, ** $p < .10$

Quanto à intenção de “realizar uma denúncia identificada”, não se rejeita a existência de diferenças marginalmente significativas de acordo com o estado civil do participante ($F(2, 319) = 2.57$, $p < .10$, $n^2_p = .08$, $P = .51$). Em média, os indivíduos que vivem atualmente em casal reportam uma intenção mais elevada de realizar uma denúncia identificada do que os aqueles que nunca viveram em casal ($M = 6.00$, $M = 5.42$, $p < .10$) (veja-se tabela 10 e 10.1).

Verificam-se ainda diferenças marginalmente significativas de acordo com a experiência anterior de VPI observada ($F(1, 320) = 3.40$, $p < .10$, $n^2_p = .01$, $P = .45$). Os participantes que indicam já ter experienciado uma situação de VPI como observadores apresentam, em média, uma intenção mais elevada de realizar uma denúncia anônima ($M = 5.94$) do que aqueles que negam ter passado por essa experiência ($M = 5.47$) (veja-se tabelas 10 e 10.1).

Tabela 10

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	η^2_p	P*
Estado Civil	2	319	54.12	2.57	.08*	.02	.51
VPI Observada	1	320	71.77	3.40	.07*	.01	.45

* $p < .10$, η^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste.

Tabela 10.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia identificada”

Fator		N	Média
Estado civil	Nunca viveu em casal	164	5.42 ^b
	A viver em casal	138	6.00 ^a
	Já viveu em casal	20	5.86
VPI Observada	Sim	156	5.94
	Não	166	5.47

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .10$.

Em relação à “intenção de falar/aconselhar a vítima”, não se rejeita a hipótese da existência de diferenças estatisticamente significativas de acordo com: o género do participante ($F(1, 320) = 6.08$, $p < .05$, $\eta^2_p = .02$, $P = .69$), a idade ($F(2, 318) = 4.74$, $p < .05$, $\eta^2_p = .03$, $P = .79$) e experiência anterior de VPI observada ($F(1, 320) = 7.55$, $p < .05$, $\eta^2_p = .02$, $P = .78$) (tabela 11).

Quanto ao género, verifica-se que as mulheres, quando comparadas com os homens, manifestam uma maior propensão para falar/aconselhar a vítima ($M = 7.69$, $M = 7.17$, $p < .05$) (tabela 11 e 11.1).

Ao nível da faixa etária registam-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupo [18-25] e [46-65], com os primeiros a reportarem uma maior intenção de falar/aconselhar a vítima ($M = 7.90$, $M = 7.10$, $p < .05$) (tabela 11 e 11.1).

Por fim, participantes que indicam já ter experienciado uma situação e VPI como observadores, quando comparados com aqueles que nunca tiverem essa experiência, manifestam uma maior intenção de falar/aconselhar a vítima, ($M = 7.78$, $M = 7.22$, $p < .05$) (tabela 11 e 11.1).

Tabela 11

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a vítima”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	n^2p	P^*
Gênero	1	320	80.90	6.08	.01*	.02	.69
Idade	2	318	62.59	4.74	.01*	.03	.79
VPI Observada	1	320	100.00	7.55	.01*	.02	.78

* $p < .05$, n^2p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste.

Tabela 11.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a vítima”

Fator		N	Média
Gênero	Feminino	200	7.69
	Masculino	122	7.17
Idade	[18-25]	105	7.90 ^a
	[26-45]	132	7.41
	[46-65]	84	7.10 ^{b*}
VPI Observada	Sim	156	7.78
	Não	166	7.22

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .05$.

Relativamente à intenção de “falar/aconselhar o agressor”, não se rejeita a hipótese da existência de diferenças estatisticamente significativas de acordo com o gênero do participante ($F(1, 320) = 6.88$, $p < .05$, $n^2p = .02$, $P = .74$). Verifica-se que os indivíduos do gênero masculino indicam uma maior intenção de falar/aconselhar o agressor ($M = 6.51$; $M = 5.81$) (tabela 12 e 12.1).

Observam-se ainda diferenças estatisticamente significativas de acordo com a experiência anterior de VPI vivida ($F(1, 320) = 4.18$, $p < .05$, $n^2p = .01$, $P = .53$) (tabela 12). Os participantes que afirmam ter passado por uma experiência de VPI como vítimas e/ ou agressores/as, quando comparados com os que nunca vivenciaram este tipo de situação, manifestam uma intenção mais elevada de falar/aconselhar o agressor ($M = 6.73$; $M = 5.97$) (tabela 12 e 12.1).

Tabela 12

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar o agressor”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	n ² p	P*
Gênero	1	320	148.82	6.88	.01*	.02	.74
VPI Vivida	1	320	91.24	4.18	.04*	.01	.53

*p < .05, n²p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Tabela 12.1

Médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar o agressor”

Fator		N	Média
Gênero	Feminino	200	5.81
	Masculino	122	6.51
VPI Vivida	Sim	45	6.73
	Não	277	5.97

Médias diferem significativamente entre si a um nível de significância de *p < .05,

4.2.3. Análise comparativa: Tipo de violência

4ª Questão de investigação: Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com o tipo de violência: física, psicológica-emocional e psicológica-dominação?

Para responder a esta questão calcularam-se ANOVAS de medições repetidas.

Tabela 13

ANOVAS de medições repetidas: diferenças intra-sujeitos na intenção de agir de acordo com o tipo de violência (física, psicológica-emocional e psicológica-dominação)

V. Dependente	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	n ² p	P*
D. Anónima	2.70	867.27	501.66	127.96	.00*	2.74	1.00
D. Identificada	2.84	910.17	333.32	87.18	.00*	2.14	1.00
Falar-vítima	2.85	915.13	151.09	60.73	.00*	.16	1.00
Falar-agressor	2.88	923.41	46.29	16.39	.00*	.05	1.00

*p < .01, Estatística de teste F com graus de liberdade corrigidos com base no critério Épsilon de Huynh-Feldt; n²p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

De acordo com os resultados obtidos nas ANOVAS de medidas repetidas (tabela 13) observam-se diferenças estatisticamente significativas na intenção de agir em função do tipo de violência. Essas diferenças verificam-se nos quatro tipos de comportamentos de ajuda: denúncia anônima ($F(2.70, 867.27) = 127.96, p < .01, \eta^2 p = 2.74, P = 1.00$), denúncia identificada ($F(2.84, 910.17) = 87.18, p < .01, \eta^2 p = 2.14, P = 1.00$), falar/aconselhar a vítima ($F(2.85, 915.13) = 60.73, p < .01, \eta^2 p = .16, P = 1.00$) e falar/aconselhar o agressor ($F(2.88, 923.41) = 16.39, p < .01, \eta^2 p = .05, P = 1.00$).

Na tabela 13.1 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a “intenção de realizar uma denúncia anônima”. Verifica-se que a intenção de realizar este curso de ação difere significativamente entre os quatro cenários de violência. A intenção de realizar uma denúncia anônima é mais elevada no cenário de violência física (bofetada) ($M = 7.26$), de seguida surge o outro cenário de violência física (atirar um objeto) ($M = 6.95$). Importa referir que a diferença entre os dois cenários de violência física é apenas marginalmente significativa ($p < .10$). Em terceiro lugar surge a violência psicológica-dominância ($M = 6.46$) e por último a violência psicológica-emocional ($M = 4.61$).

Tabela 13.1

Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia anônima” de acordo com o tipo de violência

Cenários/Tipo de Violência	Média	C1	C2	C3	C4
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	7.26		.00*	.09**	.00*
Cenário 2 – Violência Psicológica-emocional	4.61			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	6.95				.00*
Cenário 4 - Violência Psicológica-dominância	6.46				

* $p < .01$; ** $p < .10$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni

Tabela 13.2

Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia identificada” de acordo com o tipo de violência

Cenários/Tipo de Violência	Média	C1	C2	C3	C4
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	6.53		.00*	.04**	.00*
Cenário 2 – Violência Psicológica – emocional	4.29			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	6.19				.00*
Cenário 4 - Violência Psicológica – dominância	5.78				

* $p < .01$; ** $p < .05$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni

Na tabela 13.2 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a “*intenção de realizar uma denúncia identificada*”. De acordo com os mesmos, a intenção de realizar este curso de ação difere significativamente entre os quatro cenários de violência. A intenção de realizar uma denúncia identificada é mais elevada no cenário de violência física (bofetada) (M = 6.53), seguida pelo outro cenário de violência física (atirar um objeto) (M = 6.19). É de salientar que a diferença entre estes os dois cenários de violência física é significativa para $\alpha = .05$, enquanto as restantes diferenças de médias são significativas para $\alpha = .01$. Em terceiro lugar surge a violência psicológica-dominação (M = 5.78) e por último a violência psicológica – emocional (M = 4.29).

Tabela 13.3

Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar a vítima” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	8.00		.00*	.11	.11
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	6.53			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	7.86				.11*
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	7.58				

* $p < .01$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni

Na tabela 13.3 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a “*intenção de falar/aconselhar a vítima*”. Apenas se observam diferenças estatisticamente significativas ($p < .01$) entre o cenário de violência psicológica-emocional (M = 6.53) e os seguintes cenários: violência física (bofetada) (M = 8.00), violência física (atirar um objeto) (M = 7.86) e violência psicológica-dominação (M = 7.58). Verifica-se assim que o cenário de violência psicológica-emocional é aquele onde a intenção de falar/aconselhar a vítima é mais baixa.

Na tabela 13.4 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a “*intenção de falar/aconselhar o agressor*”. A intenção de realizar este curso de ação é mais elevada nos dois cenários de violência física, não se verificando diferenças significativas entre eles (física (bofetada) M = 6.40; física (atirar um objeto) M = 6.35, $p > .10$). De seguida surgem os dois cenários de violência psicológica, não se verificando também diferenças significativas entre eles (emocional M = 5.62; dominação M = 5.93, $p > .10$).

Tabela 13.4

Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar o agressor” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	6.40		.00*	1.00	.00*
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	5.62			.00*	.11
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	6.35				.00*
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	5.93				

* $p < .01$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni

4.3. Discussão

A discussão dos resultados segue a ordem das questões de investigação.

Questão 1: Influência da percepção de severidade, responsabilidade pessoal e atribuição de culpa na intenção de agir

A percepção de severidade emergiu como um preditor significativo da intenção de realizar uma denúncia anônima e de realizar uma denúncia identificada. Os resultados demonstram que, à medida que a percepção de severidade aumenta, a probabilidade de denunciar as situações também aumenta. Estes resultados são consistentes com os encontrados por outros investigadores (Fischer, et al., 2006; Gracia et al., 2009; Chabot et al., 2009). Quanto à intenção de falar/aconselhar a vítima, esta influência foi apenas marginalmente significativa. Já ao nível da intenção de falar/aconselhar o agressor, a severidade não assumiu uma função explicativa significativa. A percepção de severidade parece assim ser mais determinante para as respostas de denúncia do que para as de aconselhamento, tal como Gracia e Colaboradores (2009) já haviam mencionado.

Relativamente à responsabilidade pessoal, independentemente do tipo de relação entre o ajudante informal e a vítima, verificou-se que esta variável assumiu um valor preditivo significativo em todos os comportamentos de ajuda. À medida que o sentimento de responsabilidade para agir aumentou, a probabilidade de intervir também aumentou. Resultados iguais foram encontrados por Garcia e Colaboradores (2009).

Estes resultados podem ser analisados à luz dos modelos de tomada de decisão. De acordo com o modelo cognitivo de Latané e Darley (1980) é necessário

um certo nível de percepção de severidade e de responsabilidade para que sujeito decida intervir. Por sua vez, à medida que a percepção de severidade e a responsabilidade pessoal aumentam, os custos de não ajudar também aumentam (para o ajudante e para a vítima) e, conseqüentemente, a probabilidade de intervir aumenta (Piliavin et al., 1975).

Importa agora analisar a influência da responsabilidade para agir de acordo com o grau de proximidade à vítima. Um resultado bastante interessante emergiu neste campo. Quando a vítima era familiar, a responsabilidade para agir teve uma influência positiva significativa nas respostas de aconselhamento. No entanto, ao nível da intenção de realizar uma denúncia identificada, esta variável teve uma influência negativa. Isto é, quanto maior o sentimento de responsabilidade quando a vítima é familiar, menor a intenção de realizar uma denúncia identificada. Quanto à intenção de realizar uma denúncia anónima, não se verificou qualquer influência da variável “responsabilidade (vítima é familiar)”.

De facto, algumas pesquisas têm demonstrado que, a existência de algum tipo de relação entre o ajudante informal e a vítima aumenta o sentimento de responsabilidade para agir e, conseqüentemente, a probabilidade do sujeito intervir (Levine, Cassidy, Brazier & Reicher, 2002; Burn, 2008). Contudo, conhecer o perpetrador está associado a uma menor probabilidade de denunciar a situação (Nicksa, 2014). Nos casos em que a vítima é familiar, o mais provável é que haja uma relação com ambos os intervenientes. Provavelmente, nestas situações, o custo de realizar uma denúncia identificada pode ser considerado demasiado alto. Seja por colocar em causa as relações familiares, seja por medo da retaliação (contra si e contra a vítima) ou por ir contra a vontade da vítima. Tendo em conta que os cenários de VPI fazem alusão a situações de violência leve/moderada, o custo de ajudar pode ser considerado superior ao de não ajudar. Nestas situações, o ajudante informal pode optar por respostas com menos custos, como as de aconselhamento (Piliavin et al., 1975).

Verificou-se ainda que a responsabilidade para agir quando a vítima é desconhecida influenciou positivamente a intenção de realizar os quatro cursos de ação. Provavelmente, nos casos em que não se conhece a vítima, o sentimento de responsabilidade para agir pode ser particularmente importante. Já a responsabilidade quando a vítima é vizinha influenciou positivamente a intenção de realizar uma denúncia identificada, de falar/aconselhar a vítima e de falar/aconselhar o agressor. Para compreendermos melhor esta relação teria de se analisar o tipo de vizinhança.

Ao nível da atribuição de culpa, os resultados indicam que, à medida que a atribuição de culpa ao agressor aumenta, a probabilidade de falar/aconselhar a vítima também aumenta. Já atribuir maior culpa à vítima influenciou positivamente a intenção de falar com o agressor.

Estes resultados são consistentes com a hipótese do mundo justo de Lerner (1980 como citado em Manusov & Spitzberg, 2008). Se o ajudante culpa a vítima pela situação em que se encontra (porque pessoas más são punidas), então é provável que sinta menos simpatia pela mesma (Pavlov & Knowles, 2001) e que a responsabilidade para agir seja colocada sobre a vítima (Taylor & Sorenson, 2005). Em sentido contrário, a responsabilidade do ajudante diminui, diminuindo também a probabilidade de intervir (Latané & Darley, 1986; Garcia, 2004; Gracia & Herrero, 2006). Por oposição a esta ideia, podemos interpretar que, quando a culpa é atribuída ao agressor, a simpatia pela vítima aumenta, sendo-lhe atribuída menos responsabilidade pela situação em que se encontra e, conseqüentemente, a probabilidade do ajudante falar/aconselhar a vítima também aumenta.

Verificou-se ainda que atribuir a culpa ao agressor também se correlacionou positivamente com a intenção de falar/aconselhar o mesmo. Provavelmente, quando a culpa é atribuída ao agressor, o ajudante informal pode tentar de alguma forma alertá-lo para o seu comportamento. Todavia é importante ter em consideração que a qualidade explicativa do modelo de regressão calculado para este comportamento de ajuda é bastante fraca ($R^2_a = 26\%$).

Questão 2: Diferenças na intenção de agir de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal

Relativamente ao género do ajudante informal, verificou-se que os homens demonstram uma maior intenção de falar/aconselhar o agressor, enquanto as mulheres manifestam uma maior intenção de falar/aconselhar a vítima. Falar com o agressor pode ser encarado pelo ajudante informal como um comportamento com custos mais elevados (e.g., medo da retaliação, medo de ficar ferido). Alguns estudos indicam que os homens têm maior probabilidade de optar por comportamentos mais arriscados (e.g., envolverem-se verbal ou fisicamente com o agressor). Ao passo que as mulheres preferem envolver-se em contextos mais “seguros”, sentindo-se mais confortáveis em ouvir e providenciar suporte emocional às vítimas (Eagly & Crowley, 1986; Chabot et al., 2009; Chabot et al., 2016).

Para além desta explicação, sabe-se que as atitudes de culpabilização se correlacionam negativamente com a probabilidade de ajudar (Garcia & Herrera, 2006; Pavlow & Knowles, 2001; Taylor & Sorenson, 2005;). A atribuição de culpa, por sua vez, varia de acordo com a perceção de similaridade do espectador com a vítima. (Hipótese da Atribuição Defensiva de Shaver, 1970 como citado em Fakunmoju et al., 2015). Neste sentido, as mulheres tendem a identificar-se com a vítima e a atribuir maior culpa ao agressor (Fakunmoju et al., 2015; Taylor & Sorenson, 2005; Valor-Segura et al., 2011;), justificando desta forma a sua opção por falar/aconselhar a vítima. Ao passo que os homens atribuem mais culpa à vítima e demonstram menos simpatia pela mesma (Bryant & Spencer, 2003; Fakunmoju et al., 2015; Taylor & Sorenson, 2005; Valor-Segura et al., 2011; ; Worden & Carlson, 2005). Assim, seria expectável uma maior identificação com o agressor e, conseqüentemente, uma maior tendência para o aconselhar.

Ao nível dos comportamentos de denúncia (anónima /identificada), tal como noutros estudos (e.g., Chabot et al., 2009; Harris & Cook, 1994), não se encontraram diferenças de acordo com o género do ajudante informal.

No que concerne à variável escolaridade, apenas se verificaram diferenças na intenção de realizar uma denúncia anónima. Os indivíduos do grupo “baixa escolaridade”, quando comparados com o grupo “escolaridade alta”, indicaram uma maior intenção de realizar este curso de ação. Estes resultados são contraditórios aos encontrados por Gracia e colaboradores (2009). De acordo com os autores, indivíduos com um nível de escolaridade alto estão mais predispostos a denunciar. No entanto, é necessário ter em conta que as diferenças encontradas no presente estudo são apenas marginalmente significativas e que a dimensão dos grupos não é indicada para a realização de testes comparativos (escolaridade baixa N = 21; escolaridade média N = 212; escolaridade alta = 89). Como tal é difícil retirar conclusões destes dados.

O estado civil apenas foi relevante na intenção de realizar uma denúncia identificada. Os sujeitos que “vivem atualmente em casal” (casados/união de facto), quando comparados com os que “nunca viveram em casal” (solteiros), manifestaram uma maior intenção de realizar este curso de ação. De acordo com Simon e colaboradores (2001), os indivíduos solteiros parecem ter uma maior probabilidade de aceitar a VPI do que os casados ou em união de facto. Atitudes de aceitação, por sua vez, correlacionam-se negativamente com a intenção de agir (Flood & Pease, 2009; Gracia & Herrero, 2006;).

Relativamente à variável “idade”, apenas se verificaram diferenças significativas ao nível da intenção de falar/aconselhar a vítima. Os sujeitos entre os 18 e os 24 anos, quando comparados com os sujeitos entre os 45 e 65 anos, demonstraram uma maior intenção de realizar este curso de ação. Os resultados são consistentes com os encontrados por Beeble e colaboradores (2008). Segundo os autores, indivíduos mais novos têm maior probabilidade de intervir, uma vez que se afastaram das ideologias mais conservadoras sobre a VPI e dos papéis de género tradicionais. No entanto, ao nível dos restantes comportamentos de ajuda não se verificaram diferenças, pelo que se torna difícil retirar conclusões. A própria literatura tem-se revelado contraditória na análise desta variável.

Questão 3: Diferenças na intenção de agir de acordo com a experiência anterior de violência

Os participantes que afirmaram já ter observado alguma situação de VPI ao longo da vida, quando comparados com os que nunca observaram, manifestaram uma intenção mais elevada de realizar uma denúncia anónima, de realizar uma denúncia identificada e de falar/aconselhar a vítima. Enquanto os participantes que indicaram já ter vivenciado um situação deste género como vítimas e/ou agressores/as, quando comparados com os que nunca vivenciaram, demonstraram maior intenção de falar/aconselhar o agressor.

A experiência anterior de VPI pode ter contribuído para que os participantes estivessem mais aptos a identificar as situações como violência, a avaliar a sua severidade, a sentirem maior responsabilidade para agir, a calcular os possíveis custos de ajudar/não ajudar e a saber qual o curso de ação a tomar (sentimento de autoeficácia). A capacidade de realizar cada uma destas tarefas tem vindo a ser identificada na literatura como importante para a decisão de agir (e.g., Burn, 2009; Fischer et al., 2011; Latané & Darley, 1980; Piliavin et al., 1975).

É interessante constatar que a experiência de VPI vivida tenha sido relevante para um comportamento de ajuda em particular: a intenção de falar com o agressor. As estratégias focadas no agressor são, por norma, aquelas que os ajudantes informais consideram menos eficazes ou viáveis (Wee et al., 2016). No entanto, participantes que têm um historial de violência (como vítimas e/ou agressores/as), provavelmente, possuem um maior conhecimento de como agir e sentem-se mais confiantes para o fazer (Beeble et al., 2008; Nabi & Horner, 2001; Woods et al., 2016)

do que aqueles que nunca viveram, ou que apenas observaram, um evento deste género.

De facto, alguns estudos têm vindo a indicar que, ter passado por uma situação de VPI como vítima (Beeble et al., 2008; Nabi & Horner, 2001; Woods et al., 2016) ou agressor (Woods et al., 2016) se associa positivamente a uma maior intenção de intervir. Em ambos os casos estamos perante uma resposta empática (Batson et al., 1981 como citado em Hogg & Vaughn, 1998). Quando há uma identificação à vítima, a ajuda é motivada pela preocupação e desejo de reduzir o seu sofrimento (Beeble et al., 2008; Nabi & Horner, 2001; Woods et al., 2016). Quando a identificação é ao agressor, a ajuda é motivada pela intenção de evitar que o agressor sofra consequência adversas (Woods et al., 2016).

Questão 4: Diferenças na intenção de agir de acordo com o tipo de violência

Os ajudantes informais manifestaram maior intenção de intervir (independentemente do curso de ação) nas situações de violência física do que nas de violência psicológica. Estes resultados são consistentes com a literatura, segundo a qual a violência física é considerada mais grave e menos aceitável do que a psicológica (Capezza & Arriaga, 2008; Langhinrichsen-Rohling, et al., 2004).

Entre os cenários de violência psicológica verificou-se que a intenção de agir foi menor na psicológica-emocional (insultar, depreciar) do que na psicológica-dominação (ameaçar, chantagear). De acordo com Chamberland e Laport (2010), os comportamentos de dominação são encarados com maior gravidade do que o abuso emocional.

No caso específico da intenção de falar com a agressora, a violência psicológica-emocional continuou a ser aquela onde a intenção de realizar esta ação é menor. No entanto, não se verificaram diferenças significativas na intenção de agir entre a violência psicológica-dominação e um dos cenários de violência física (arremessar um objeto).

Capítulo 5 – Estudo 2: Vitimização masculina

5.1. Metodologia

Sendo o Estudo 2 uma replicação do Estudo 1, também aqui se procedeu, num primeiro momento, a um estudo de carácter correlacional e, num segundo momento, a um estudo comparativo-diferencial.

5.1.1. Participantes

A população em estudo é constituída por 270 participantes (N = 270), dos quais 43.7% (N = 118) são do género masculino e 56.3% (N = 152) são do género feminino. Verifica-se assim, comparativamente à amostra do Estudo 1, um maior equilíbrio em relação à distribuição por género.

Os sujeitos têm idades compreendidas ente os 18 e 65 anos, sendo a média de idades de 38.9 anos. Também aqui se procedeu ao agrupamento dos participantes de acordo com a sua faixa etária, após este procedimento verificou-se que: 17% (N = 46) dos participantes encontram-se na faixa etária dos 18-25 anos; 51.1% (N = 138) na faixa dos 26-45 anos e 31.9% (N = 86) na faixa dos 46-65 anos.

Em relação ao estado civil, 53.6% (N = 152) dos participantes são casados ou vivem em união de facto, enquanto 33.7% (N = 91) são solteiros. Os sujeitos divorciados (7%, N = 19) e os viúvos (3%, N = 8) representam apenas uma minoria da amostra

Quando à escolaridade, tal como no Estudo 1, constata-se que a amostra é maioritariamente composta por indivíduos com um nível médio/alto de habilitações. Dos participantes em estudo, 50% (N = 135) possuem um nível de escolaridade médio (3º ciclo ou ensino secundário); 38.1% (N = 103) possuem um nível alto (> licenciatura) e apenas 11.1% (N = 30) possuem um nível de escolaridade baixo (1º ou 2º ciclo). É de salientar que dois participantes não indicaram o seu nível de escolaridade, no entanto, tendo em conta que todos os restantes dados foram devidamente respondidos, considerou-se a sua participação válida.

Geograficamente 85.2% da amostra encontra-se distribuída por seis distritos: Évora 35.2% (N = 95); seguida por Lisboa 11.9% (N = 32); Portalegre 10.4% (N = 28); Faro 10% (N = 27); Santarém 9.6% (N = 26) e Setúbal 8.1% (N = 22). Tal como no Estudo 1, a amostra incide maioritariamente sobre a zona de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, sendo Évora o distrito com maior representação.

Tabela 14

Caracterização sociodemográfica da amostra

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Média (DP)</i>
	270	100	
Género	270	100	
Masculino	118	43.7	
Feminino	152	56.3	
Idade	270	100	38.9 (11.91)
[18-25]	46	17.0	
[26-45]	138	51.1	
[46-65]	86	31.9	
Estado civil	270	100	
Solteiro/a	91	33.7	
Casado/a ou em a viver união de facto	152	53.6	
Divorciado/a	19	7.0	
Viúvo/a	8	3.0	
Escolaridade	268	100	
Baixa (1º/2º ciclo)	30	11.1	
(3º ciclo/secundário)	135	50.0	
Alta escolaridade (≥ licenciatura)	103	38.1	

Dos participantes que compõem a amostra, 39.3% afirmaram já ter observado alguma situação de violência doméstica, ao passo que apenas 13% indicaram ter experienciado este tipo de situação no papel de vítima e/ou agressor/a.

Tabela 15

Experiência anterior de violência doméstica

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Experiência anterior como observador/a	270	100
Sim	106	39.3
Não	164	60.7
Experiência anterior como vítima e/ou agressor/a	270	100
Sim	35	13.0
Não	235	87.0

5.1.2. Instrumentos

Uma vez que se trata de uma segunda versão do instrumento utilizado no estudo anterior, solicita-se a consulta de secção 4.1.2 do Estudo 1.

5.1.3. Procedimento de construção do instrumento

Solicita-se a consulta da secção 4.1.3 do Estudo 1.

5.1.4. Procedimento de recolha dos dados

Solicita-se a consulta de secção 4.1.4 do Estudo 1.

5.1.5. Procedimento de análise dos dados

Solicita-se a consulta de secção 4.1.5 do Estudo 1.

5.2. Resultados

5.2.1. Análise de regressão

1ª Questão de investigação: A intenção de agir (mediante quatro cursos de ação: denúncia anónima; denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar a agressora) é influenciada pelas seguintes variáveis: percepção de severidade da situação de VPI, sentimento de responsabilidade pessoal para agir (quando a vítima é familiar, vizinho ou uma pessoa desconhecida) e tipo de atribuição de culpa da situação (à vítima e à agressora)?

Para responder à 1ª questão de investigação calcularam-se modelos de regressão linear múltipla para a variável dependente “intenção de agir” e o seguinte bloco de variáveis independentes: “percepção de severidade”, “responsabilidade pessoal” (quando a vítima é familiar, vizinha e desconhecida) e “atribuição de culpa” (à vítima e à agressora).

O modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 16 identifica as variáveis “percepção de severidade” ($\beta = .152$; $p < .05$), “responsabilidade (vítima é vizinho)” ($\beta = .226$; $p < .05$) e “responsabilidade (vítima é desconhecida)” ($\beta = .265$; $p < .01$), como preditores significativos da *intenção de realizar uma denúncia anónima*.

A variável “atribuição de culpa à agressora” é apenas marginalmente significativa” ($\beta = .109$; $p < .10$). O modelo é altamente significativo ($F = 35.99$; $p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .48$, pode-se afirmar que 48% da variabilidade da intenção de realizar uma denúncia identificada é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, ficando por explicar 52% que se devem a outros fatores.

Tabela 16

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia anônima”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	β	<i>p</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	35.99*
(Constante)	-4.194				
Percepção de severidade	.199	.152	.03**		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.048	.040	.58		
Responsabilidade (vítima é vizinho)	.253	.226	.02**		
Responsabilidade (vítima é desconhecido)	.288	.265	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.093	.068	.14		
Atribuição de culpa à agressora	.125	.109	.05***		

$R = .67$; $R^2 = .45$; $R^2_a = .48$; * $p < .01$; ** $p < .05$; *** $p < .10$

Tabela 17

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “realizar uma denúncia identificada”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	β	<i>p</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	77.50*
(Constante)	-4.899				
Percepção de severidade	.143	.115	.04**		
Responsabilidade (vítima é familiar)	-.059	-.052	.37		
Responsabilidade (vítima é vizinho)	.343	.324	.00*		
Responsabilidade (vítima é desconhecido)	.469	.457	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.172	.133	.00*		
Atribuição de culpa à agressora	.005	.005	.92		

$R = .80$; $R^2 = .64$; $R^2_a = .63$; * $p < .01$; ** $p < .05$

Quanto à *intenção de realizar uma denúncia identificada*, o modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 17 identifica as variáveis “percepção de severidade” ($\beta = .115$; $p < .05$), “responsabilidade (vítima é vizinho)” ($\beta = .324$; $p < .01$),

“responsabilidade (vítima é desconhecida) ($\beta = .457$; $p < .01$) e “atribuição de culpa à vítima” ($\beta = .133$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de realizar este curso de ação. O modelo é altamente significativo ($F = 77.50$; $p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .63$, pode-se afirmar que 63% da variabilidade da intenção de realizar uma denúncia identificada é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, ficando por explicar 37% que se devem a outros fatores. Pode-se então dizer que o modelo explica uma percentagem elevada da variabilidade da intenção de realizar este comportamento de ajuda.

Tabela 18

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: “falar/aconselhar a vítima”

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	<i>β</i>	<i>p</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	86.53*
(Constante)	-.219				
Percepção de severidade	.175	.152	.01**		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.345	.329	.00*		
Responsabilidade (vítima é vizinho)	.103	.105	.17		
Responsabilidade (vítima é desconhecido)	.307	.323	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.055	.046	.21		
Atribuição de culpa à agressora	.050	.050	.25		

$R = .82$; $R^2 = .66$; $R^2_a = .66$; * $p < .01$; ** $p < .05$

Relativamente às respostas de aconselhamento, o modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 18 identifica as variáveis “percepção de severidade” ($\beta = .152$; $p < .05$), “responsabilidade (vítima é familiar)” ($\beta = .329$; $p < .01$) e “responsabilidade (vítima é desconhecida) ($\beta = .323$; $p < .01$) como preditores significativos da intenção de falar/aconselhar a vítima. O modelo é altamente significativo ($F = 86.53$; $p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .66$, pode-se afirmar que 66% da variabilidade da intenção de falar/aconselhar a vítima é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, os restantes 34% devem-se a outros fatores não explicados. O modelo explica uma percentagem elevada da variabilidade da intenção de realizar este comportamento de ajuda.

Por fim, o modelo de regressão linear múltipla presente na tabela 19 identifica as variáveis “percepção de severidade” ($\beta = .209$; $p < .01$), “responsabilidade (vítima é familiar)” ($\beta = .193$; $p < .05$), “responsabilidade (vítima é desconhecida) ($\beta = .370$; $p < .01$) e “atribuição de culpa à vítima” ($\beta = .152$; $p < .01$), como preditores significativos

da intenção de falar/aconselhar a agressora. O modelo é altamente significativo ($F = 45.56; p < .01$) e, de acordo com o $R^2_a = .48$, pode-se afirmar que 48% da variabilidade da intenção de falar/aconselhar a agressora é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo, os restantes 52% devem-se a outros fatores não explicados.

Tabela 19

Modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente: "falar/aconselhar a agressora"

<i>Preditores</i>	<i>B</i>	<i>β</i>	<i>p</i>	<i>Df</i>	<i>F</i>
				6	45.56*
(Constante)	.779				
Percepção de severidade	.244	.209	.00*		
Responsabilidade (vítima é familiar)	.206	.193	.01**		
Responsabilidade (vítima é vizinho)	.071	.071	.45		
Responsabilidade (vítima é desconhecida)	.357	.370	.00*		
Atribuição de culpa à vítima	.185	.152	.00*		
Atribuição de culpa à agressora	-.085	-.084	.12		

$R = .70; R^2 = .49; R^2_a = .48; *p < .01; **p < .05$

5.2.2. Análise comparativa: Características sociodemográficas e experiência anterior de violência

2ª Questão de investigação: *Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal: género, idade, estado civil e escolaridade?*

3ª Questão de investigação: *Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com a experiência anterior de violência doméstica do ajudante informal: experiência como observador e experiência como vítima e/ou agressor/a?*

Para responder a estas duas questões realizaram-se ANOVAS de medições repetidas. De seguida apenas se apresentam os resultados que indicam a existência de diferenças significativas entre os grupos considerados. Os restantes dados podem ser consultados em anexo [Anexo H].

Tabela 20

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anônima”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	p	n ² p	P
Escolaridade	2	265	60.85	2.61	.08*	.03	.52
VPI Observada	1	268	67.13	2.86	.09*	.01	.39

* $p < 0.10$, n²p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Tabela 20.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “realizar uma denúncia anônima”

Fator		N	Média
Escolaridade	Baixa (1º/2º ciclo)	30	3.64 ^b
	Média (3º ciclo/secundário)	135	4.65
	Alta (≥ licenciatura)	103	4.76 ^a
VPI Observada	Sim	106	4.90
	Não	164	4.39

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .10$.

Relativamente à *intenção de realizar uma denúncia anônima* (tabela 20 e 20.1), não se rejeita a existência de diferenças marginalmente significativas de acordo com o nível de escolaridade do participante ($F(2, 265) = 2.61$, $p < .10$, $n^2_p = .03$, $P = .52$) e a experiência de VPI observada ($F(1, 268) = 2.86$, $p < .10$, $n^2_p = .01$, $P = .39$).

No que ao nível de escolaridade diz respeito, registam-se diferenças marginalmente significativas entre os grupos “escolaridade baixa” e “escolaridade alta”. Os sujeitos com um nível alto, quando comparados com os de nível baixo, manifestam uma maior intenção de realizar uma denúncia anônima ($M = 4.76$, $M = 3.64$, $p < .10$) (tabela 20.1).

Quanto à experiência de VPI observada, aqueles que afirmam já ter observado alguma situação deste tipo, quando comparados com os que não observaram, referem uma maior intenção de realizar uma denúncia anônima ($M = 4.90$, $M = 4.39$, $p < .10$) (tabela 20 e 20.1).

Em relação à *intenção de realizar uma denúncia identificada* (tabela 21), apenas não se rejeita a existência de diferenças marginalmente significativas ao nível do fator “experiência de VPI observada” ($F(1, 268) = 3.29$, $p < .10$, $n^2_p = .01$, $P = .44$). Os sujeitos que afirmam já ter observado um evento deste tipo, quando comparados

com os que não observaram, indicam uma intenção mais elevada de realizar uma denúncia identificada ($M = 4.46$, $M = 3.94$).

Tabela 21

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”

Fator	N	Média	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	p	n^2_p	P*
VPI Observada			1	268	68.65	3.29	.07	.01	.44
Sim	106	4.46							
Não	164	3.94							

* $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Tabela 22

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a vítima”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	p	n^2_p	P*
Escolaridade	2	265	120.19	7.01	.00*	.05	.93
VPI Observada	1	268	80.30	4.51	.04*	.02	.56

* $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Tabela 22.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a vítima”

Fator	N	Média
Escolaridade	Baixa (1º/2º ciclo)	4.91 ^b
	Média (3º ciclo/secundário)	6.26 ^{a*}
	Alta (\geq licenciatura)	6.51 ^{a*}
VPI Observada	Sim	6.54
	Não	5.98

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .05$,

Ao nível da intenção de *falar/aconselhar a vítima* (tabela 22 e 22.1), não se rejeita a existência de diferenças estatisticamente significativas de acordo com o nível de escolaridade do participante ($F(2, 265) = 7.01$, $p < .05$, $n^2_p = .05$, $P = .93$) e a experiência anterior de VPI observada ($F(1, 268) = 4.51$, $p < .05$, $n^2_p = .02$, $P = .56$).

Sujeitos com um nível de escolaridade baixo manifestam uma menor intenção de falar/aconselhar a vítima do que aqueles com um nível médio ($M = 4,91$; $M = 6.26$, $p < .05$) e alto ($M = 4.91$; $M = 6.21$, $p < .05$) (tabela 22.1).

Quando à experiência de VPI observada, aqueles que afirmam já ter experienciado uma situação de VPI como observadores, quando comparados com os que nunca observaram, indicam uma maior intenção de falar/aconselhar a vítima ($M = 6.54$, $M = 5.98$, $p < .05$) (tabela 22 e 22.1)

Tabela 23

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “falar/aconselhar a agressora”

Fator	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	p	n^2_p	P^*
Escolaridade	2	265	70.60	3.95	.02**	.03	.71
VPI Observada	1	268	174.42	9.64	.00*	.04	.87

* $p < .01$, ** $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Tabela 23.1

Médias e comparação múltipla de médias para os fatores que apresentaram diferenças significativas na intenção de “falar/aconselhar a agressora”

Fator		N	Média
Escolaridade	Baixa (1º/2º ciclo)	30	4.83 ^b
	Média (3º ciclo/secundário)	135	5.57
	Alta (\geq licenciatura)	103	6.03 ^a
VPI Observada	Sim	106	6.17
	Não	164	5.35

Médias com diferentes sobrescritos diferem significativamente entre si no procedimento de Comparações Múltiplas de Bonferroni, * $p < .05$.

Por fim, relativamente à intenção de *falar/aconselhar a agressora* (tabela 23 e 23.1), não se rejeita a existência de diferenças estatisticamente significativas de acordo com o nível de escolaridade do participante ($F(2, 265) = 3.95$, $p < .05$, $n^2_p = .03$, $P = .71$) e a experiência de VPI observada ($F(1, 268) = 9.64$, $p < .05$, $n^2_p = .04$, $P = .87$).

Participantes do grupo “escolaridade baixa”, quando comparados com os participantes do grupo de “escolaridade alta”, manifestam uma menor intenção de falar/aconselhar a agressora ($M = 4.83$, $M = 6.03$, $p < .05$) (tabela 23.1).

Os sujeitos que já experienciaram alguma situação de VPI como observadores demonstram uma maior intenção de realizar este curso de ação do que aqueles que nunca observaram ($M = 6.17$, $M = 5.35$, $p < .05$) (tabela 23 e 23.1).

5.2.3. Análise comparativa: Tipo de violência

4ª Questão de investigação: *Existem diferenças ao nível da intenção de realizar os diferentes comportamentos de ajuda de acordo com o tipo de violência: física, psicológica-emocional e psicológica-dominação?*

Para responder a esta questão calcularam-se ANOVAS de medições repetidas.

Tabela 24

ANOVAS de medições repetidas: diferenças intra-sujeitos na intenção de agir de acordo com o tipo de violência (física, psicológica-emocional e psicológica-dominação)

V. Dependente	Efeito df	Erro df	Média quadrada	F	P	η^2_p	P*
D. Anónima	2.89	776.17	218.96	62.89	.00*	.19	1.00
D. Identificada	2.88	774.95	132.30	41.32	.00*	.13	1.00
Falar-vítima	2.87	772.92	74.82	25.15	.00*	.09	1.00
Falar-agressora	2.84	764.37	59.36	19.50	.00*	.07	1.00

* $p < .01$, Estatística de teste F com graus de liberdade corrigidos com base no critério Épsilon de Huynh-Feldt; η^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

De acordo com os resultados obtidos nas ANOVAS de medidas repetidas (tabela 24) observam-se diferenças estatisticamente significativas na intenção de agir em função do tipo de violência. Essas diferenças verificam-se nos quatro tipos de comportamentos de ajuda: denúncia anónima ($F(2.89, 776.17) = 62.89$, $p < .01$, $\eta^2_p = .19$, $P = 1.00$), denúncia identificada ($F(2.88, 774.95) = 41.32$, $p < .01$, $\eta^2_p = .13$, $P = 1.00$), falar/aconselhar a vítima ($F(2.87, 772.92) = 25.15$, $p < .01$, $\eta^2_p = .09$, $P = 1.00$) e falar/aconselhar a agressora ($F(2.84, 764.37) = 19.50$, $p < .01$, $\eta^2_p = .07$, $P = 1.00$).

Na tabela 24.1 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a *intenção de realizar uma denúncia anónima*. Apenas se verifica a existência de diferenças estatisticamente significativas ($p < .01$) entre o cenário de violência psicológica-emocional ($M = 3.29$) e os seguintes cenários: violência física (bofetada) ($M = 5.22$), violência física (atirar um objeto) ($M = 5.04$) e violência psicológica-dominação ($M = 4.81$). Portanto, o cenário de violência psicológica-

emocional é aquele onde a intenção de realizar uma denúncia anônima é mais baixa. Entre outros três cenários não se verificam diferenças significativas.

Tabela 24.1

Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia anônima” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	5.22		.00*	1.00	.12
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	3.29			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	5.04				.57.
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	4.81				

* $p < .01$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni,

Tabela 24.2

Comparação múltipla de médias para a intenção de realizar uma “denúncia identificada” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	4.53		.00*	1.00	.27
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	3.16			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	4.69				.00*
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	4.20				

* $p < .01$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni,

Na tabela 24.2 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a *intenção de realizar uma denúncia identificada*. A intenção de realizar este curso de ação é mais elevada nos cenários de violência física, não se verificando diferenças significativas entre eles (bofetada $M = 4.53$; atirar um objeto $M = 4.60$, $p > .10$).

Não se observam diferenças significativas na intenção de realizar este curso de ação entre o cenário de violência física (bofetada) e o de violência psicológica-dominação ($M = 4.53$, $M = 4.20$, $p > .10$). Ou seja, a intenção de realizar uma denúncia identificada não difere entre estes dois tipos de VPI. No entanto, quando se compara a violência física (atirar um objeto) com a psicológica-dominação já se observam diferenças, com a primeira a ter maior probabilidade de ser denunciada ($M = 4.69$, $M = 4.20$, $p < .01$).

A violência psicológica-emocional é aquela onde a intenção de realizar uma denúncia identificada é menor. Verifica-se diferenças estatisticamente significativas (p

< .01) entre o cenário de violência psicológica-emocional (M = 3.16) e os seguintes cenários: violência física (bofetada) (M = 4.53), violência física (atirar um objeto) (M = 4.69) e violência psicológica-dominância (M = 4.20).

Tabela 24.3

Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar a vítima” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	6.66		.00*	.24	.19
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	5.46			.00*	.00*
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	6.34				1.00
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	6.33				

* $p < .01$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni.

Na tabela 24.3 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a *intenção de falar/aconselhar a vítima*. Apenas se observam diferenças estatisticamente significativas ($p < .01$) entre o cenário de violência psicológica-emocional (M = 5.46) e os seguintes cenários: violência física (bofetada) (M = 6.66), violência física (atirar um objeto) (M = 6.34) e violência psicológica-dominância (M = 6.33). Verifica-se assim que o cenário de violência psicológica-emocional é aquele onde a intenção de realizar uma denúncia anônima é mais baixa. Entre outros três cenários não se observam diferenças significativas.

Tabela 24.4

Comparação múltipla de médias para a intenção de “falar/aconselhar a agressora” de acordo com o tipo de violência

<i>Cenários/Tipo de Violência</i>	<i>Média</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>
Cenário 1 – Violência física (bofetada)	6.18		.00*	.13	.00*
Cenário 2 – Violência Psicológica (emocional)	5.10			.00*	.01**
Cenário 3 – Violência Física (atirar um objeto)	5.84				.14
Cenário 4 - Violência Psicológica (dominação)	5.54				

* $p < .01$; ** $p < .05$; Ajustamento de comparações múltiplas de Bonferroni.

Na tabela 24.4 apresentam-se os resultados da comparação múltipla de médias para a *intenção de falar/aconselhar a agressora*. A intenção de realizar este curso de ação é mais elevada nos cenários de violência física, não se verificando

diferenças significativas entre eles (bofetada $M = 6.18$; atirar um objeto $M = 5.84$, $p > .10$).

Quando se compara a violência psicológica-dominação com a física (bofetada), verifica-se que existem diferenças significativas, com a intenção de falar/aconselhar a agressora a ser mais elevada na física (bofetada) ($M = 6.18$, $M = 5.54$, $p < .01$). No entanto, entre a violência física (atirar um objeto) e a psicológica-dominação não se observam diferenças significativas ($M = 5.84$, $M = 5.54$, $p > .10$).

A violência psicológica-emocional é aquela onde a intenção de falar/aconselhar a agressora é menor. Observam-se diferenças estatisticamente significativas ($p < .01$ e $p < .05$) entre o cenário de violência psicológica-emocional ($M = 5.10$) e os seguintes cenários: violência física (bofetada) ($M = 6.18$), violência física (atirar um objeto) ($M = 5.84$) e violência psicológica-dominação ($M = 5.54$).

5.3. Discussão

A discussão segue a ordem das questões de investigação

Questão 1: Influência da percepção de severidade, responsabilidade pessoal e atribuição de culpa na intenção de agir

Tal como no estudo no Estudo 1, a percepção de severidade e a responsabilidade pessoal emergiram como preditores significativos da intenção de agir. À medida que o indivíduo percecionou a situação como mais grave e sentiu mais responsabilidade para a intervir, a intenção de providenciar ajuda aumentou. Tal como se argumentou na discussão anterior, estes resultados são consistentes com os encontrados por outros autores (e.g., Chabot et al., 2009; Fischer, et al., 2006; Gracia et al., 2009;) e podem ser analisados à luz dos modelos de tomada de decisão (Latané & Darley, 1980; Piliavin et al., 1975).

Contudo, enquanto na VPI contra a mulher a percepção de severidade parece ter sido mais determinante nas respostas de denúncia, na VPI contra o homem foi importante em todos os comportamentos de ajuda (denúncia e aconselhamento).

Quando se analisa a responsabilidade pessoal tendo em conta o grau de proximidade à vítima encontram-se resultados semelhantes aos do Estudo 1. Verificou-se que, quando a vítima era familiar, a responsabilidade pessoal influenciou positivamente a intenção de aconselhar a vítima e o agressor, no entanto, não

apresentou uma influência significativa nas respostas de denúncia. Como se referiu na discussão do Estudo 1, um maior envolvimento com os intervenientes pode elevar os custos de realizar uma denúncia, principalmente se o custo de não ajudar for considerado baixo (dado que se trata de violência leve/moderada). Nestas situações o sujeito pode optar por respostas que envolvam menos custos, como as de aconselhamento.

Como observado no Estudo 1, a responsabilidade quando a vítima é desconhecida surgiu no Estudo 2 como um preditor significativo da intenção de agir, influenciando positivamente a intenção de realizar os quatro cursos de ação. É provável que, quando não se conhece a vítima, o sentimento de responsabilidade para agir seja uma variável importante na tomada de decisão.

Verificou-se ainda que a responsabilidade para agir quando a vítima é um vizinho influenciou positivamente a intenção de denunciar as situações, mas não de aconselhar os intervenientes. Tal como se referiu na discussão do Estudo 1, é difícil interpretar estes resultados sem conhecer o tipo de vizinhança e o ambiente envolvente.

No que à atribuição de culpa diz respeito, atribuir a culpa à vítima influenciou positivamente a intenção de falar/aconselhar a agressora. Enquanto atribuir a culpa à agressora se associou a uma maior probabilidade de realizar uma denúncia anónima.

Ainda no âmbito da atribuição de culpa, um resultado bastante interessante emergiu. No caso da VPI contra a mulher, a literatura tem vindo a indicar que atitudes de culpabilização da vítima se correlacionam negativamente com a probabilidade de denunciar as situações (Garcia & Herrera, 2006; Pavlow & Knowles, 2001; Taylor & Sorenson, 2005). Todavia, neste estudo, isso não ocorreu. Atribuir a culpa à vítima (ao homem) influenciou positivamente a intenção de realizar uma denúncia identificada.

De acordo com outras investigações, as pessoas tendem a atribuir mais culpa ao homem vítima do que à mulher vítima (Harris & Cook, 1995; Taylor & Sorenson, 2005). Perante situações de vitimização masculina, os ajudantes podem acreditar que a violência perpetrada pela mulher ocorreu num contexto reativo e de autodefesa face ao comportamento do homem (ou seja, a culpa foi do homem). Argumento este que é utilizado pelos teóricos da perspectiva feminista para defender a assimetria de género em situações de VPI (e.g., Allen et al., 2009; Dobash & Dobash, 2004; Dutton & Nicholls, 2005; Saunders, 2002; Swan & Snow, 2002). Neste caso, a intenção de realizar uma denúncia pode estar mais relacionada com a tentativa de proteger a mulher do que propriamente de a acusar.

De qualquer forma esta é apenas uma interpretação dos resultados, porém, deve ser tomada de forma cuidadosa, uma vez que pouco se sabe sobre a atribuição de culpa e a intenção de agir em situações de vitimização masculina. Para além disso, os resultados deste estudo não permitem retirar conclusões robustas sobre a atribuição de culpa, até porque esta variável não foi devidamente manipulada nos cenários, uma vez que é dada pouca informação contextual ao participante.

Questão 2: Diferenças na intenção de agir de acordo com as características sociodemográficas do ajudante informal

Apenas se observaram diferenças significativas na intenção de intervir ao nível da variável “escolaridade”. Os indivíduos do grupo “baixa escolaridade”, quando comparados com os do grupo “alta escolaridade”, demonstraram menos intenção de intervir, independentemente do tipo de resposta (denúncia e aconselhamento).

De acordo com a literatura, a educação parece assumir um papel central sobre as atitudes. Níveis mais elevados de escolaridade estão associados a menos atitudes de aceitação da VPI (Simon et al., 2001), a menos atitudes de culpabilização da vítima (Delgado & Bond, 1993; Gracia & Tomás, 2011; Worden & Carlson, 2005) e, conseqüentemente, a uma maior probabilidade do ajudante intervir (Gracia et al., 2009).

Se a educação tem um papel assim tão importante, então porque é que não se encontraram resultados semelhantes na vitimização feminina? Uma possível explicação é o facto de a VPI contra o homem ser um fenómeno menos discutido em sociedade do que a VPI contra a mulher (Sorenson & Taylor, 2005), pelo que a população acaba por estar menos exposta a outras fontes de educação para além da escola (e.g., meios de comunicação, ações informativas/de sensibilização, entre outros). Neste sentido, o fator escolaridade torna-se mais relevante na vitimização masculina como fonte de acesso à informação. Enquanto na VPI contra a mulher perde relevância, uma vez que a discussão desta problemática também acontece por outras vias.

Quanto ao género, idade e estado civil não se registaram diferenças significativas na intenção de agir.

Questão 3: Diferenças na intenção de agir de acordo com a experiência anterior de violência

Tal como no *Estudo 1 – Vitimização Feminina*, observaram-se diferenças estatisticamente significativas de acordo a experiência anterior de violência. Os participantes que afirmaram já ter observado alguma situação de violência doméstica ao longo da vida, quando comparados com os que nunca observaram, manifestaram uma intenção mais elevada de intervir (independentemente do tipo de resposta).

Como se referiu na discussão do estudo anterior, indivíduos que já observaram algum evento de VPI podem ter maior capacidade de identificar as situações como violência, de avaliar a sua severidade, de sentir maior responsabilidade para agir, de calcular os possíveis custos de ajudar/não ajudar e de saber qual o curso de ação a tomar (sentimento de autoeficácia). A capacidade de realizar cada uma destas tarefas tem vindo a ser identificada na literatura como importante para a decisão de agir (e.g., Burn, 2009; Fischer et al., 2006; Fischer et al., 2006; Latané & Darley, 1980; Piliavin et al., 1975).

Questão 4: Diferenças na intenção de agir de acordo com o tipo de violência

Relativamente ao tipo de violência verificou-se que a psicológica-emocional é aquela onde a intenção de agir é menor (independentemente do curso de ação).

Quanto aos restantes tipos de violência, se olharmos para as médias a olho nu, verifica-se uma tendência para que a violência física seja aquela que tem maior probabilidade de receber ajuda, seguida pela violência psicológica-dominação. No entanto, ao nível da intenção de realizar uma denúncia anónima e de falar/aconselhar a vítima, as diferenças entre estes dois tipos de violência não foram estatisticamente significativas. Isto pode ter acontecido pelo facto da violência física presente nos cenários hipotéticos ser considerada leve/moderada. Se esta violência fosse grave, provavelmente as diferenças teriam sido mais expressivas.

De uma forma geral estes resultados, tal como os do *Estudo 1*, são consistentes com a literatura, segundo a qual a violência física é considerada mais grave que a psicológica (Capezza & Arriaga, 2008; Langhinrichsen-Rohling, et al., 2004) e os comportamentos de dominação mais graves do que o abuso emocional (Chamberland & Laport, 2010).

Embora não se tenham realizado testes comparativos entre a amostra do estudo 1 e do estudo 2, foi possível observar que a intenção de agir foi superior nos cenários de VPI contra mulher. Alguns autores têm vindo a referir que vitimização feminina é considerada mais séria, é avaliada de forma mais negativa e considerada menos aceitável (e.g., Bethke & Dejoy, 1993; Simon et al., 2001; Robertson & Murachver, 2009). Logo, a probabilidade da vítima feminina receber ajuda é superior à da vítima masculina (e.g., Felson & Feld, 2009; Harris & Cook, 1994; Sorenson & Taylor, 2005).

Capítulo 6 - Conclusão

De um modo geral pode-se concluir que a percepção de severidade da situação e a responsabilidade pessoal têm uma influência positiva relevante na intenção de intervir, tanto em situações de violência perpetradas pelo homem sobre a mulher, como pela mulher sobre o homem.

Ao nível da atribuição de culpa também se verificaram algumas influências interessantes, no entanto os dados não são tão consistentes, pelo que devem ser analisados com cuidado. Seriam necessárias mais investigações, em particular sobre a atribuição de culpa em situações de VPI contra o homem, para se fazerem interpretações robustas. Seria também importante manipular devidamente as características dos cenários hipotéticos, fornecendo mais informações contextuais sobre a situação descrita.

A experiência anterior de VPI também se revelou uma variável importante. Indivíduos que já observaram alguma situação desta natureza demonstraram maior intenção de intervir em ambos os estudos. Seria interessante compreender o contexto em que essa violência foi observada, qual o grau de proximidade aos intervenientes e se o ajudante chegou a intervir ou não.

A escolaridade foi particularmente importante na VPI contra o homem, com os indivíduos mais escolarizados a manifestarem maior intenção de intervir. Estes resultados refletem necessidade de se apostar noutras fontes de informação/educativas e de se debater, em quantidade e qualidade, a problemática da vitimização masculina (e.g., através da escola, meios de comunicação, campanhas de sensibilização, ações informativas, etc).

Em ambos os estudos, a intenção de agir foi mais elevada nos cenários de violência física do que nos de violência psicológica. A violência física continua a ser percebida como mais grave, apesar de se saber que os efeitos da violência psicológica são bastante nefastos para vítima. Apesar de tudo, em alguns comportamentos de ajuda, a intenção de intervir nos cenários de violência psicológica-dominância aproximou-se da intenção de intervir nos cenários de violência física.

Embora não se tenha efetuado uma comparação clara entre as amostras, através das análises de dados efetuadas, foi possível observar que a intenção de agir é mais elevada nos cenários de vitimização feminina do que nos de vitimização masculina. A violência contra a mulher continua a ser conceptualizada como um problema mais grave e menos aceitável, mesmo em situações de violência leve/moderada.

Limitações e direções futuras

Não existem estudos sem limitações, no entanto, conseguir identificá-las é um passo importante para uma análise cuidada dos resultados e para a realização de investigações futuras.

No que concerne à amostra, a utilização de processos de amostragem não probabilísticos pode colocar em causa a sua representatividade e, conseqüentemente, a validade externa do estudo. Apesar de tudo, o facto de se ter trabalhado com amostras de dimensão considerável permite atenuar esta limitação.

As características das amostras também não são as ideais para a realização de estudos comparativos-diferenciais. Verificou-se, em alguns momentos, que os grupos eram discrepantes na sua dimensão e, por vezes, o N era inferior a 30, o que pode ter enviesado os resultados. Para além disto, deveria ter-se controlado melhor as características dos indivíduos dentro de cada grupo, uma vez que variáveis como a escolaridade podem atenuar o efeito de outras (e.g., a idade).

A utilização dos meios digitais permite facilitar o processo de recolha de dados, chegando a mais pessoas e atenuando possíveis constrangimentos temporais e geográficos. Porém, também comporta limitações, nomeadamente: não se consegue controlar quem acede ao estudo; não se consegue controlar as condições ambientais em que o sujeito participou, se estava sozinho ou se foi influenciado por outras pessoas; não permite esclarecer dúvidas que possam ter surgido ao participante; condiciona a participação de pessoas que não dominem os meios informáticos.

Uma possível limitação reside no instrumento de recolha dos dados, o qual foi construído propositadamente para a presente dissertação, não sendo um questionário ou escala devidamente validados e aferidos para a população em estudo. Todavia, o seu desenvolvimento teve uma forte sustentação teórica [Anexo F].

A utilização de cenários hipotéticos apenas de violência leve/moderada pode ser uma limitação à generalização dos resultados a outros contextos e graus de violência. Para além disso, os cenários fornecem pouca informação contextual. A intenção foi dar liberdade às pessoas para fazerem as suas próprias interpretações. Contudo, ao nível da atribuição de culpa isso pode ter sido uma limitação, uma vez que não se forneceu informação suficiente que permitisse ao sujeito avaliar devidamente o evento de VPI.

Quando se questionou o sujeito quando à experiência anterior de violência optou-se por utilizar a designação “violência doméstica”, uma vez que é o termo mais

conhecido pela população. No entanto, com esta opção acabámos por limitar a interpretação dos dados, uma vez que não é possível concluir se a violência experienciada ocorreu entre parceiros íntimos ou nouro tipo de relacionamento (e.g., contra descendentes). Teria sido importante especificar melhor a natureza da relação, assim como separar, em duas questões, a possibilidade de ser vítima, da possibilidade de ser agressor/a.

Em investigações futuras, para além de colmatar as limitações da presente dissertação, seria importante replicar os estudos com outras amostras, de forma a ser possível generalizar os dados.

Uma vez que a intenção de agir é influenciada por fatores individuais, situacionais e contextuais (Banyard, 2004), seria também pertinente replicar o estudo utilizando outros cenários hipotéticos, manipulando o grau de severidade da violência, dando mais informações sobre a situação descrita de forma a manipular a atribuição de culpa e incluindo a presença de outros ajudantes informais.

Capítulo 7 - Referências

- Adams-Price, C. E., Dalton III, W. T., & Sumrall, R. (2004). Victim blaming in young, middle-aged, and older adults: Variations on the severity effect. *Journal of Adult Development, 11*(4), 289-295.
- Allen, C. T., Swan, S. C., & Raghavan, C. (2009). Gender symmetry, sexism, and intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence, 24*, 1816-1834.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3ª ed). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Álvarez, M., Gómez, M., & Jara, P. (2011). Atributos y estereotipos de género asociados al ciclo de la violencia contra la mujer. *Universitas Psychologica, 11*(3), 769-777.
- Afonso, A., & Nunes, C. (2010). *Estatística e probabilidades: Aplicações e soluções em SPSS*. (6ª ed). Lisboa: Escolar Editora.
- APAV (2015). *Estatísticas APAV. Relatório Anual 2015*. Lisboa: Associação de Apoio à Vítima.
- APAV (2016). *Estatísticas APAV. Homens vítimas de violência doméstica 2013-2015*. Lisboa: Associação de Apoio à vítima.

- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.
- Arriaga, X. B., & Cappelz, N. M. (2011). The paradox of partner aggression: being committed to an aggressive partner. In F. R. Shaver, & M. Mikulincer, *Human Aggression and Violence: Causes, Manifestations, and Consequences* (367-383). Washington DC: American Psychological Association.
- Asblaster, A. (1996). Violência. In W. Outhwaite, & T. Bottomore, *Dicionário do pensamento social do século XX* (pp- 803-804). Rio de Janeiro: Zahar.
- Banyard, V. L., (2008). Measurement and correlates of prosocial bystander behavior: The case of interpersonal violence. *Violence and Victims*, 23(1), 83-97.
- Banyard, V., Weber, M. C., Grych, J., & Hamby (2016). Where are the helpful bystanders? Ecological niche and victim's perceptions of bystander intervention. *Journal of Community Psychology*, 44(2), 214-231.
- Banyard, V. L., & Moynihan, M. M. (2011). Variation in bystander behavior related to sexual and intimate partner violence prevention: Correlates in a sample of college students. *Psychology of Violence*, 1(4), 287-301.
- Banyard V. L., Plante E. G., & Moynihan, M. M. (2004). Bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention. *Journal of Community Psychology*. 32, 61–79.
- Beeble, M. L., Post, L. A., Bybee, D., & Sullivan, C. M. (2008). Factors related to willingness to help survivors of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1713-1729.
- Bethke, T. M., & DeJoy, D. M. (1993). An experimental study of factors influencing the acceptability of dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 8(1), 36-51.
- Bryant, S. A., & Spencer, G. A. (2003). University students' attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, 18(6), 369-376.
- Burn, S. (2009). A situational model of sexual assault prevention through bystander intervention. *Sex Roles*, 60, 779- 792.
- Cappelz, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). Factors associated with acceptance of psychological aggression against women. *Violence Against Women*, 14(6), 612-633.
- Casemiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: A questão da simetria do gênero. *Análise Social*. XVIII(3), 579-601.
- Casey, E. A., & Ohler, K. (2012). Being a positive bystander: male antiviolence allies experiences of "Stepping Up". *Journal of Interpersonal Violence*, 27(1), 62-83.

- Centro de Investigaciones Sociológicas. (2004). Barómetro de Marzo. Estudio nº 2.558 [Barometer of March. Study nº 2.558]. Madrid, Spain: Author.
- Chabot, H. F., Gray, L. M., Makande, T. B., & Hoyt, R. L. (2016). Beyond sex: likelihood and predictors of effective and ineffective intervention in intimate partner violence in bystander perceiving an emergency. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-22.
- Chabot, H. F., Tracy, T. L., Manning, C. A., & Poisson, C. A. (2009). Sex, attribution, and severity influence intervention decisions of informal helpers in domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(10), 1696-1713.
- Chamberland, C., & Laporte, L. (2010). Spontaneous and reflexive cognitions related to spousal abuse: The role of experiences of violence. *Journal of Applied Social Psychology*, 40(9), 2170-2200.
- Chan, L. L. (2012). Gender symmetry in the self-reporting of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(2), 263-286.
- Choi, A., & Edleson, J. L. (1996). Social disapproval of wife assaults: A national survey of Singapore. *Journal of Comparative Family Studies*, 27, 73 – 88.
- Coelho, A. M. (2010). *Crenças e atitudes dos agentes policiais face à violência contra a mulher*. (Tese de Mestrado). Universidade do Porto. Porto.
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: A study in men and women from six European countries. *International Journal Public Health*, 60, 467–478.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.
- Dalal, K., Lee, M. S., & Gifford, M. (2012). Male adolescents' attitude toward wife beating: A multi-country study in South Asia. *Journal of Adolescent Health*, 50(5), 437–442.
- Darley, J. M., & Latané, B. (1968). Bystander intervenion in emergencies: Diffusion of responsibility. *Journal or Personality and Social Pshychology*, 8(4), 377-383.
- Davis, D. M. (2013). *Rehabilitation counseling master's students: Beliefs and attitudes about domestic violence toward women*. (Tese de Doutoramento). University of Iowa: Iowa.
- Decreto Lei no 400/82 de 4 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 170 (2007). Acedido a 21 de Abril. 2017. Disponível em www.dre.pt.

- Delgado, A. R., & Bond, R. A. (1993). Attenuating the attribution of responsibility: The lay perception of jealousy as a motive for wife battery. *Journal of Applied Social Psychology, 23*, 1337-1356.
- Desmarais, S. L., Reeves, K. A., Nicholls, T. L., Telford, R. P., & Fiebert, M. S. (2012). Prevalence of physical violence in intimate relationships, Part 1: Rates of male and female victimization. *Partner Abuse, 3*(2), 140-169.
- Dias, A., (2012). *Repertórios interpretativos sobre o amor: Das narrativas culturais às conjugualidades violentas*. (Tese de Doutorado). Universidade do Minho. Braga.
- Dias, I. (2004). *Violência na família - Uma abordagem sociológica*. Porto. Edições Afrontamento.
- Dobash, R. P., & Dobash, R. E. (2004). Women's violence in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal of Criminology, 44*, 324-349.
- Dutton, D. G., & Nicholls, T. L. (2005). The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1 – The conflict theory and data. *Agression and Violence Behavior, 10*, 680-714.
- Eagly, A. H., & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: A meta analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin, 100*(3), 283–308.
- European Commission. Domestic violence against women report. Special Eurobarometer 344. Brussels: TNS Opinion & Social, 2010.
- European Commission. Gender-based violence. Special Eurobarometer 449. Brussels: European Union 20x, 2016.
- Ewing, C. P., & Aubrey, M. (1987). Batteredwomen and public opinion: Some realities about the myths. *Journal of Family Violence, 2*, 257-264.
- Fakunmoju, S. B., Bammeke, F. O., Oyekanmi, F. A. D., Rasool, S., George, B., & Lachiusa, T. A. (2015). Attribution of blame to victim and attitudes toward partner violence: Cross-National comparisons across the United States, South Africa, and Nigeria. *International Journal of Gender and Women's Studies, 3*(2), 76-92.
- Felson, R. B., & Feld, S. L. (2009). When a man hits a woman: moral evaluations and reporting violence to the police. *Agressive Behavior, 35*, 477-488.
- Ferreira, M. B., Garcia-Marques, L., Garrido, M. V., & Jerónimo, R. (2013). Atribuição causal e inferência de disposições no mundo social. In J. Vala, & M. B.

- Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 99-156). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Flood, M., & Pease B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence & Abuse, 10*(2), 125-142.
- Fischer, P., Greitemeyer, T., Pollozek, F., & Frey, D. (2006). The unresponsive bystander: Are bystanders more responsive in dangerous emergencies? *European Journal of Social Psychology, 36*, 267-278.
- Fischer, P., Krueger, J. I., Greitemeyer, T., Vogrincic, C., Kastenmuller, A., & Frey, D. (2011). The Bystander-Effect: A Meta-Analytic Review on Bystander Intervention in Dangerous and Non-Dangerous Emergencies. *Psychological Bulletin, 137*(4), 517-537.
- Gracia, E. (2004). Unreported cases of domestic violence against women: Towards an epidemiology of social silence, tolerance, and inhibition. *Journal of Epidemiology and Community Health, 58*, 536-537.
- Gracia, E., García, F., & Lila, M. (2008). Police involvement in cases of intimate partner violence against women: The influence of perceived severity and personal responsibility. *Violence Against Women, 14*(6), 697-714.
- Gracia, E., García, F., & Lila, M. (2009). Public responses to intimate partner violence against women: The influence of perceived severity and personal responsibility. *The Spanish Journal of Psychology, 12*(2), 648-656.
- Gracia, E., & Herrero, J. (2006). Public attitudes toward reporting partner violence against women and reporting behavior. *Journal of Marriage and Family, 68*, 759-768.
- Gracia, E., & Lila, M. (2015). *Attitudes towards violence against women in the EU*. Luxembourg: European Union.
- Gracia, E., & Tomás, J. M. (2014). Correlates of victim-blaming attitudes regarding partner violence against women among the Spanish general population. *Violence Against Women, 20*(1), 26-41.
- Harris, R. J., & Cook, C. A. (1994). Attributions about spouse abuse - It matters who the batterers and victims are. *Sex Roles, 30*(7-8), 553-565.
- Hines D., Brown J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to the domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence, 22*, 63-72.
- Hines, D., & Douglas, E. (2010). Intimate terrorism by women towards men: Does it exist? *Journal of Aggression Conflict and Peace Research, 2*, 36-56.

- Hines, D., & Douglas, E. (2014). Health problems of partner violence victims: Comparing help-seeking men to a population-based sample. *American Journal of Preventive Medicine, 48*, 136-144.
- Hines, D., & Malley-Morrison, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: A neglected research area. *Psychology of Men & Masculinity, 2*(2), 75-85.
- Hogg, M. A., & Vaughan, G. M. (1998). *Social Psychology*. (2^a ed). New Jersey: Prentice Hall.
- Johnson, P. M. (2006). Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women, 12*(11), 1003-1018.
- Krug, E. G., Dahlberg, L.L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: OMS.
- Langhinrichsen-Rohling, J., Shilien-Dellinger, R. K., Huss, M. T., & Kramer, V. L. (2004). Attributions about perpetrators and victims of interpersonal abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 19*(4), 484-498.
- Latané, B., & Darley, J. M. (1968). Group inhibition of bystander intervention in emergencies. *Journal of Personality and Social Psychology, 10*(3), 215-221.
- Latané, B., & Nida, S. (1981). Ten years of research on group size and helping. *Psychological Bulletin, 89*(2), 308-324.
- Levine, M., Cassidy, C., Brazier, G., & Reicher, S. (2002). Self-categorization and bystander non-intervention: Two experimental studies. *Journal of Applied Social Psychology, 32*(7), 1452-1463.
- Liang, B., Goodman, L., Tummala-Narra, P., & Weintraub, S. (2005). A theoretical framework for understanding help-seeking processes among survivors of intimate partner violence. *American Journal of Community Psychology, 36*, 71-84.
- Lima, M. L., & Correia, I. (2013). Atitudes: medida, estrutura e funções. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 202-243). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Machado, A. (2016). *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho: Braga.
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade, 26*(3), 776-736.
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2016). Exploring help seeking experiences of male victims of female perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence, 32*(5), 513-523.

- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenil dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence, 25*, 43-53.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2002). Vitimilogia e Criminologia. In C. Machado, & R. Gonçalves, *Violência e vítimas de crime*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Machado, M. (2011). *E-questionários: Utilizando o Qualtrics Research Suite no contexto académico*. Comunicação apresentada no XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Guarda.
- Mahlstedt, D., & Keeny, L. (1993). Female survivors of dating violence and their social networks. *Feminism and Psychology, 3*, 319-333.
- MAI (2015). *Violência Doméstica – 2014. Relatório anual de monitorização*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança. Lisboa: CIG.
- Manusov, V., & Spitzberg, B. (2008). Attribution theory: Finding good cause in the search of theory. In L. Baxter & D. Braithwaite (EDS.) *Engaging theories in interpersonal communication: Multiple perspectives*. (pp. 24-51). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6ª edição). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Martins, A. (2013). *Violência conjugal: A psicopatia numa amostra de agressores conjugais encarcerados*. (Tese de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: teoria, investigação e prática, 2*, 373-388.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho: Braga.
- Melton, H. C., & Belknap, J. (2003). He hits, she hits: Assessing gender differences and similarities in officially reported intimate partner violence. *Criminal Justice and Behavior, 30*, 328-348.
- Nabi, R. L., & Horner, J. R. (2001). Victims with voices: How abused women conceptualize the problem of spousal abuse and implications for intervention and prevention. *Journal of Family Violence, 16*, 237-253.

- Nabors, E. L., Dietz, T. L., & Jasinski, J. L. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims, 21*(6), 779-795.
- Nayak, M. B., Byrne, C. A., Martin, M. K., & Abraham, A. G. (2003). Attitudes toward violence against women: A cross-nation study. *Sex Roles, 49*, 333-342.
- Nicksa, S. C. (2014). Bystander's willingness to report theft, physical assault, and sexual assault: The impact of gender, anonymity, and relationship with the offender. *Journal of Interpersonal Violence, 29*(2), 217-236.
- Pavlou, M., & Knowles, A. (2001). Domestic violence: Attributions, recommended punishments and reporting behaviour related to provocation by the victim. *Psychiatry, Psychology and Law, 8*(1), 76-85.
- Piliavin, I. M., Piliavin, J. A., & Rodin, J. (1975). Costs, diffusion, and the stigmatized victim. *Journal of Personality and Social Psychology, 32*(3), 429-438.
- Preece, M. J. (2008). *An exploratory study of counselor attitudes toward battered women*. (Tese de Doutorado). Ohio University: Athens
- Rani, M., & Bonu, S. (2009). Attitude toward wife beating: A cross-country study in Asia. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(8), 1371-1397.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (nd). *MANUAL SARAR: SINALIZAR, APOIAR, REGISTAR: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.
- Robertson, K., & Murachver, T. (2009). Attitudes and attributions associated with female and male partner violence. *Journal of Applied Social Psychology, 39*(7), 1481-1512.
- Saunders, D. G. (2002). Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem? A review of the literature. *Violence Against Women, 8*, 1424-1448.
- Simon, T. R., Anderson, M., Thompson, M. P., Crosby, A. E., Shelley, G., & Sacks, J. J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims, 16*(2), 115-126.
- Sorenson, S. B., & Taylor, C. A. (2005). Female aggression toward male intimate partners: An examination of social norms in a community-based sample. *Psychology of Women Quarterly, 29*(1), 78-96.
- Steinmetz, S. K. (1977-78). The battered husband syndrome. *Victimology: An International Journal, 2*, 499-505.

- Straus, M. A. (2010). Thirty years of denying the evidence on gender symmetry in partner violence: Implications for prevention and treatment, *Partner Abuse*, 1(3), 332-362.
- Swan, S. C., & Snow, O. L. (2002). A typology of women's use of violence in intimate relationships. *Violence Against Women*, 8, 286-319.
- Taylor, C. A., & Sorenson, S. B. (2005). Community-based norms about intimate partner violence: Putting attributions of fault and responsibility into context. *Sex Roles*, 53, 573-589.
- Tjaden, T., & Thoennes, N. (2000). Prevalence and consequences of male-to-female and female-to-male intimate partner violence as measured by the National Violence against Women Survey. *Violence against Women*, 6, 142-161.
- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: The role of beliefs in a just world and ambivalente sexism. *The Spanish Journal of Psychology*, 14(1), 195-206.
- Waltermaurer, E. (2012). Public justification of intimate partner violence: A review of the literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 13(3), 167-175.
- Wee, S., Todd, M. J., Oshiro, M., Greene, E., & Frye, V. (2016). Modifiers of neighbors' bystander intervention in intimate partner violence: A concept mapping study. *Violence and Gender*, 3(1), 55-63.
- West, A., & Wandrei, M. (2002). Intimate partner violence: A model for predicting interventions by Informal helpers. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(9), 972-986.
- WHO (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence*. Geneva: World Health Organization.
- Woods, W. C., Shorey, R. C., & Cornelius, T. L. (2016). The relationship between dating violence and bystander behavior: An initial investigation. *Partner Abuse*, 7(1), 55-69.
- Worden, A. P., & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey. II. Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1219-1243.

Anexos

Anexo A

Instrumento

Estudo 1 – Vitimização feminina

Grupo 1

1.1 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a uma **mulher que é vítima** de violência doméstica por parte de um homem.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

1.2 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a um **homem que exerce** violência doméstica sobre uma mulher.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

Grupo 2

De seguida ser-lhe-ão apresentadas algumas histórias.

Pedimos que leia atentamente e **responda sem interrupções** de acordo com a escala abaixo.

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Carlos ameaça e chantageia Maria

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Francisco agride Vera dando-lhe uma bofetada

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burra e inútil

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponta a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro)

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Grupo 3

Questionário sociodemográfico

Género:

Feminino _____

Masculino _____

Idade:

Escolaridade

Estado civil

Solteiro _____

União de facto _____

Casado/a _____

Divorciado/a _____

Viúvo/a _____

Profissão

Naturalidade (concelho e freguesia)

Local de residência – código postal (ex: 1234)

Acha que vive:

Numa aldeia _____

Numa vila _____

Numa cidade _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor/a?

Sim _____

Não _____

Anexo B

Instrumento
Estudo 2 – Vitimização Masculina

Grupo 1

1.1 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a um **homem que é vítima** de violência doméstica por parte de uma mulher.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

1.2 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a uma **mulher que exerce** violência doméstica sobre um homem.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

Grupo 2

De seguida ser-lhe-ão apresentadas algumas histórias.

Pedimos que leia atentamente e **responda sem interrupções** de acordo com a escala abaixo.

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Vera agride Luís dando-lhe uma bofetada

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Margarida e Francisco discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Maria e Rui discutem e Maria arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro)

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponta a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Ana ameaça e chantageia Carlos

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Grupo 3

Questionário sociodemográfico

Género:

Feminino _____

Masculino _____

Idade:

Escolaridade:

Estado civil:

Solteiro _____

União de facto _____

Casado/a _____

Divorciado/a _____

Viúvo/a _____

Profissão:

Naturalidade (concelho e freguesia):

Local de residência – código postal (ex: 1234):

Acha que vive:

Numa aldeia _____

Numa vila _____

Numa cidade _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor/a?

Sim _____

Não _____

Anexo C

Consentimento Informado

Este estudo realiza-se no âmbito de duas dissertações de Mestrado em Psicologia a decorrer na Universidade de Évora.

Não há respostas certas ou erradas. A melhor resposta é a sua opinião sincera e pessoal.

As suas respostas são totalmente confidenciais e serão usadas exclusivamente para fins académicos.

A sua participação é completamente voluntária. Se estiver de acordo pedimos-lhe que pressione a seta presente no canto inferior direito do ecrã do seu computador e dê início ao preenchimento do questionário que se segue, o qual tem uma duração aproximada de 10 minutos. É importante certificar-se de que dispõe deste tempo de forma a responder ao questionário sem interrupções.

Responda atentamente a todas as questões, caso contrário não lhe será possível passar para a página seguinte.

Caso utilize a extensão Chrome Tradutor é aconselhável que a desative durante o preenchimento do questionário, uma vez que pode levar a desconfigurações. Pode também utilizar outro browser.

Desde já, muito obrigado pela sua valiosa colaboração.

Anexo D

Lista dos nomes próprios

Ana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
João	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Rita	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
António	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Vera	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Luís	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Sara	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
José	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Mariana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Carlos	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Joana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Rui	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Raquel	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Francisco	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Marta	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Pedro	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado

Maria	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Nuno	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Cláudia	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Vítor	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Patrícia	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Miguel	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Catarina	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Jorge	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado
Margarida	Idade	Jovem _____ Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____ Mestrado

Anexo E

Outputs nomes

Tabela de frequências dos nomes próprios em relação à idade

<i>Nomes próprios</i>	<i>Escala</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>Total</i>
	<i>diferencia- semântica</i>	<i>Jovem</i>							<i>Idoso</i>	
Ana		3 (6.1%)	7 (14.3%)	12 (24.5%)	16 (32.%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
João		3 (6.1)	4 (8.2%)	8 (16.3%)	15 (30.6%)	12 (24.5%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Rita		4 (8.2%)	8 (16.3%)	17 (34.7%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)		2 (4.1%)	49 (100%)
António		1 (2.0%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	9 (18.4%)	13 (26.5%)	14 (28.6%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Vera		4 (8.2%)	8 (16.3%)	7 (14.3%)	17 (34.7%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Luís		2 (4.1%)	8 (16.3%)	7 (14.3%)	15 (30.6%)	10 (20.4%)	5 (4.1%)		2 (4.1%)	49 (100%)
Sara		6 (12.2%)	13 (26.5%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		1 (2.0%)	49 (100%)
José				1 (2.0%)	5 (10.2%)	4 (8.2%)	18 (36.7%)	14 (28.6%)	7 (14.3%)	49 (100%)
Mariana		5 (10.2%)	14 (28.6%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	4 (8.2%)	5 (10.2%)	1 (2.0%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Carlos		2 (4.1%)	2 (4.1%)	5 (10.2%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	7 (14.3%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Joana		4 (8.2%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	9 (18.4%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	49 (100%)

Rui	4 (8.2%)	1 (2.0%)	11 (22.4%)	10 (20.4)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Raquel	5 (10.2%)	13 (26.5%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Francisco	3 (6.1%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Marta	6 (12.2%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	1 (2.0%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Pedro	5 (10.2%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	14 (28.6%)	8 (16.3%)	3 (6.1%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Maria	4 (8.2%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	7 (14.3%)	8 (16.3%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Nuno	1 (2.0%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Cláudia	4 (8.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	15 (30.6%)	6 (12.2%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Vítor	1 (2.0%)	2 (4.1%)	4 (8.2%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	49 (100%)
Patrícia	4 (8.2%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	14 (28.6%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)			49 (100%)
Miguel	2 (4.1%)	4 (8.2%)	11 (22.4%)	19 (38.8%)	9 (18.4%)	4 (8.2%)			49 (100%)
Catarina	5 (10.2%)	8 (16.3%)	13 (26.5%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Jorge	2 (4.1%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	12 (24.5%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	3 (6.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Margarida	4 (8.2%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	49 (100%)

Tabela de frequências dos nomes próprios em relação à escolaridade

<i>Nomes próprios</i>	<i>Escala</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>Total</i> <i>N (%)</i>
	<i>diferencia- semântica</i>	<i>4º Ano</i>							<i>Mestrado</i>	
Ana		4 (8.2%)	1 (2.0%)	5 (10.2%)	9 (18.4%)	10 (20.4%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	5 (10.2%)	49 (100%)
João		2 (4.1%)	1 (2.0%)	9 (18.4%)	22 (44.9%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Rita			1 (2.0%)	3 (6.1%)	12 (24.5%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	2 (4.1%)	49 (100%)
António		6 (12.2%)	7 (14.3%)	12 (24.5%)	12 (24.5%)	2 (4.1%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Vera			2 (4.1%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	8 (16.3%)	8 (16.3%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Luís			4 (8.2%)	5 (10.2%)	18 (36.7%)	8 (16.3%)	8 (16.3%)	5 (10.2%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Sara		1 (2.0%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	10 (20.4%)	12 (24.5%)	3 (6.1%)	49 (100%)
José		8 (16.3%)	9 (18.4%)	18 (36.7%)	4 (8.2%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)			49 (100%)
Mariana		2 (4.1%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	6 (12.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	4 (8.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Carlos		1 (2.0%)	1 (2.0%)	11 (22.4%)	14 (28.6%)	7 (14.3%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Joana		3 (6.1%)	1 (2.0%)	6 (12.2%)	10 (20.4%)	15 (30.6%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Rui		2 (4.1%)	2 (4.1%)	6 (12.2%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	12 (24.5%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Raquel		2 (4.1%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	11 (22.4%)	2 (4.1%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Francisco		2 (4.1%)	1 (2.0%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	1 (2.0%)	49 (100%)

Marta	1 (2.0%)	1 (2.0%)	1 (2.0%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Pedro			6 (12.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	11 (22.4%)	6 (12.2%)	6 (12.2%)	49 (100%)
Maria	6 (12.2%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	15 (30.6%)	7 (14.3%)	5 (10.2%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Nuno		1 (2.0%)	4 (8.2%)	18 (36.7%)	8 (16.3%)	10 (20.4%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	49 (100%)
Cláudia		1 (2.0%)	4 (8.2%)	16 (32.7%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Vítor	3 (6.1%)	5 (10.2%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Patrícia	1 (2.0%)		5 (10.2%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	10 (20.4%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Miguel	1 (2.0%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	13 (26.5%)	13 (26.5%)	10 (20.4%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Catarina	1 (2.0%)	3 (6.1%)	7 (14.3%)	10 (20.4%)	7 (14.3%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Jorge	1 (2.0%)		13 (26.5%)	15 (30.6%)	6 (12.2%)	8 (16.3%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Margarida	2 (4.1%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)		49 (100%)

Anexo F

Sustentação teórica para a formulação das questões utilizadas no instrumento

(No instrumento original utilizam-se nomes próprios em detrimento dos termos vítima e agressor/a)

<i>Dimensão Avaliada</i>	<i>Itens</i>	<i>Bases teóricas que sustentam a formulação dos itens</i>
Responsabilidade Pessoal	1. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	Escalas de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008) <ul style="list-style-type: none">• Escala de Responsabilidade: pediu-se aos participantes para avaliarem, através de uma escala de likert de 10 pontos, o quão responsáveis se sentiam para agir face a cada um dos oito cenários de VPI contra a mulher. Pontuações mais elevadas indicavam um maior sentimento de responsabilidade pessoal.
	2. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	
	3. Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	

Dimensão Avaliada	Itens	Bases teóricas que sustentam a formulação dos itens
Perceção de Severidade	4. Até que ponto esta situação lhe parece grave?	<p>Escalas de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escala de Gravidade: pediu-se aos participantes para avaliarem, mediante uma escala de likert de 10 pontos, a gravidade de cada um dos oito cenários de VPI contra a mulher. Pontuações mais elevadas indicavam uma maior gravidade percebida. <p>Valor-Segura e Colaboradores (2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para cada episódio de VPI contra a mulher colocou-se a seguinte questão ao participante: <i>Quão sério considera que é o episódio descrito?</i> O sujeito deveria responder mediante uma escala de likert em que 1 correspondia a "nada sério" e 7 a "muito sério" <p>Turgeon e Chamberland (1994 como citado em Chamberland & Laporte, 2010)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pediu-se aos participantes que visualizem-se cenas de VPI contra a mulher e que indicassem, para cada uma, o grau de severidade. Podiam fazê-lo mediante uma escala de likert de 6 pontos, em que 1 correspondia a "nada violento" e 6 a "extremamente violento"

Dimensão Avaliada	Itens	Bases teóricas que sustentam a formulação dos itens
Atribuição de Culpa	5. Em que medida concorda que a culpa da situação seja do/da agressor/a?	<p>Gracia e Tomás (2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizam uma questão para avaliar a atribuição de culpa à vítima: “<i>Considera o comportamento provocador das mulheres como uma das causas da violência doméstica contra as mulheres?</i>” O sujeito deveria responder mediante uma escala dicotômica (sim/não)
	6. Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	<p>Langhinrichsen-Rohling e colaboradores (2004)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizam duas questões para avaliar a atribuição de culpa ao agressor: “<i>Em que medida o sucedido foi culpa de Michael?</i>” E “<i>Quão responsável acha que o Michael foi pelo sucedido?</i>” e outras duas questões para avaliar a atribuição de culpa à vítima: “<i>Em que medida o sucedido foi culpa de Susan?</i>” e “<i>Quão responsável acha que a Susan foi pelo sucedido?</i>”
	7. Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	<p>Valor-Segura e Colaboradores (2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizam uma questão para avaliar a atribuição de culpa: “<i>Em que medida considera que a mulher pode, em parte, ser culpada pelo que aconteceu?</i>” O sujeito deveria responder mediante uma escala de likert em que 1 correspondia a "nada culpada" e 7 a "completamente culpada"

--	--	--

Dimensão Avaliada	Itens	Bases teóricas que sustentam a formulação dos itens
Intenção comportamental	8. Diante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	<p>Chabot e Colaboradores (2009)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para cada cenário de VPI contra a mulher os autores questionaram o participante quanto à probabilidade de intervirem. Os sujeitos deveriam responder mediante uma escala de likert de 5 pontos em que 1 correspondia a “sem qualquer possibilidade de intervir” e 5 a “interviria definitivamente” • Os autores pediram ainda aos participantes que, para cada cenário, escolhessem o tipo de intervenção pela qual optariam: falar com a vítima; falar com o agressor; evolverse fisicamente.
	9. Diante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	
	10. Diante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o/a agressor/a?	
	11. Diante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	
	12. Diante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	

Anexo G

Estudo 1 – Vitimização Feminina Resultados da Análise Comparativa

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anônima”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
			<i>quadrada</i>				
Gênero	1	320	25.607	1.182	.278	.004	.192
Idade	2	318	.255	.012	.988	.000	.053
Estado Civil	2	319	22.585	1.042	.354	.006	.232
Escolaridade	2	319	67.784	3.168	.043*	.019	.605
VPI Observada	1	320	72.197	3.354	.068**	.010	.447
VPI Vivida	1	320	10.634	.490	.485	.002	.107

* $p < .05$, ** $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
			<i>quadrada</i>				
Gênero	1	320	.047	.002	.963	.000	.050
Idade	2	318	28.100	1.327	.246	.008	.286
Estado Civil	2	319	54.124	2.570	.078*	.016	.511
Escolaridade	2	319	45.088	2.135	.120	.013	.436
VPI Observada	1	320	71.768	3.400	.066*	.011	.452
VPI Vivida	1	320	.273	.013	.910	.000	.051

* $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente
“falar/aconselhar a vítima”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i> <i>quadrada</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
Gênero	1	320	80.897	6.080	.01*	.019	.691
Idade	2	318	62.588	4.738	.01*	.029	.789
Estado Civil	2	319	8.375	.618	.54	.004	.153
Escolaridade	2	319	10.503	.776	.46	.005	.182
VPI Observada	1	320	100.004	7.550	.01*	.023	.782
VPI Vivida	1	320	9.452	.699	.40	.002	.133

* $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente
“falar/aconselhar o agressor”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i> <i>quadrada</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
Gênero	1	320	148.818	6.875	.009	.021	.744
Idade	2	318	11.875	.540	.583	.003	.139
Estado Civil	2	319	10.353	.468	.627	.003	.126
Escolaridade	2	319	4.923	.222	.801	.001	.085
VPI Observada	1	320	27.153	1.233	.268	.004	.198
VPI Vivida	1	320	91.243	4.181	.042	.013	.531

* $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

Anexo H

Estudo 2 – Vitimização Masculina **Resultados da Análise Comparativa**

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia anónima”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P</i>
			<i>quadrada</i>				
Género	1	268	30.243	1.282	.259	.005	.204
Idade	2	267	19.691	.833	.436	.006	.192
Estado Civil	2	267	11.239	.474	.623	.004	.127
Escolaridade	2	265	60.847	2.610	.075*	.019	.517
VPI Observada	1	268	67.132	2.862	.092*	.011	.392
VPI Vivida	1	268	43.800	1.860	.174	.007	.274

* $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente “realizar uma denúncia identificada”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P</i>
			<i>quadrada</i>				
Género	1	268	.380	.018	.893	.00	.052
Idade	2	267	28.289	1.347	.262	.010	.289
Estado Civil	2	267	1.274	.060	.942	.000	.059
Escolaridade	2	265	49.288	2.376	.095	.018	.478
VPI Observada	1	268	68.654	3.289	.071	.012	.439
VPI Vivida	1	268	4.525	.214	.644	.001	.075

* $p < 0.10$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente
“falar/aconselhar a vítima”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
			<i>quadrada</i>				
Gênero	1	268	2.576	.142	.706	.001	.066
Idade	1	267	23.912	1.328	.267	.010	.286
Estado Civil	2	267	40.129	2.243	.108	.017	.455
Escolaridade	2	265	120.194	7.009	.001*	.050	.925
VPI Observada	1	268	80.300	4.505	.035	.017	.562
VPI Vivida	1	268	16.714	.925	.337	.003	.160

* $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

ANOVAS de medições repetidas a um fator para a variável dependente
“falar/aconselhar a agressora”

<i>Fator</i>	<i>Efeito df</i>	<i>Erro df</i>	<i>Média</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	<i>n²_p</i>	<i>P*</i>
			<i>quadrada</i>				
Gênero	1	268	43.171	2.324	.129	.009	.330
Idade	2	267	11.756	.628	.535	.005	.155
Estado Civil	2	267	10.846	.579	.561	.004	.146
Escolaridade	2	265	70.596	3.948	.020*	.029	.706
VPI Observada	1	268	174.415	9.642	.002*	.035	.872
VPI Vivida	1	268	11.563	.618	.432	.002	.123

* $p < .05$, n^2_p eta dos quadrados parciais, P Potência de teste

